

ESTUDO TÉCNICO
N.º 13/2016

Contribuição para a Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Indicador de Pobreza Multidimensional de Pobreza para América Latina inspirada em proposta preliminar da Cepal

MDS

SAAGI

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E COMBATE À FOME
SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO

Estudo Técnico

Nº13/2016 – Contribuição para a Agenda de Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: Indicador de Pobreza Multidimensional de Pobreza para América Latina inspirada em proposta preliminar da Cepal

Equipe técnica

Paulo de Martino Jannuzzi
Marconi Fernandes de Sousa

Estudos Técnicos SAGI é uma publicação da Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação (SAGI) criada para sistematizar notas técnicas, estudos exploratórios, produtos e manuais técnicos, relatórios de consultoria e reflexões analíticas produzidas na secretaria, que tratam de temas de interesse específico do Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) para subsidiar, direta ou indiretamente, o ciclo de diagnóstico, formulação, monitoramento e avaliação das suas políticas, programas e ações.

O principal público a que se destinam os Estudos são os técnicos e gestores das políticas e programas do MDS na esfera federal, estadual e municipal. Nesta perspectiva, são textos técnico-científicos aplicados com escopo e dimensão adequados à sua apropriação ao Ciclo de Políticas, caracterizando-se pela objetividade, foco específico e tempestividade de sua produção.

Futuramente, podem vir a se transformar em artigos para publicação: Cadernos de Estudos, Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação (RBMA) ou outra revista técnica-científica, para alcançar públicos mais abrangentes.

Palavras-chave: *Indicador, Pobreza Multidimensional, Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.*

Unidade Responsável

Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação

Esplanada dos Ministérios | Bloco A | Sala 307

CEP: 70.054-906 Brasília | DF

Fone: 61 2030-1501 | Fax: 2030-1529

www.mds.gov.br/sagi

Secretário de Avaliação e Gestão da Informação

Paulo de Martino Jannuzzi

Secretária Adjunta

Paula Montagner

APRESENTAÇÃO

Este estudo técnico discute aspectos conceituais e metodológicos acerca da pobreza multidimensional, analisa a pertinência e utilidade de algumas das principais propostas existentes – OPHI/PNUD, Cepal e Banco Mundial – e apresenta uma proposta de mensuração da pobreza multidimensional, sensível ao conjunto de ações e programas que o Brasil vem adotando para superação da fome e da pobreza. Trata-se, em boa parte, de nova edição de outro anterior – ETEC 06/2015 -, mas com ampliações significativas a partir das discussões suscitadas na Oficina “Pobreza Multidimensional: em busca de convergências conceituais e metodológicas para construção de Indicadores de Políticas de Desenvolvimento Social e Superação da Pobreza”, realizada em 25 e 26 de agosto de 2015 em Brasília, e com novos resultados e aprimoramentos realizados pelo Departamento de Monitoramento com respeito ao cálculo das dimensões das métricas propostas e, também, incorporação da imputação da renda domiciliar nos domicílios sem rendimento domiciliar e sem declaração de rendimentos no rendimento domiciliar *per capita* na série PNAD 1992 a 2014.

1. Introdução

Com a proximidade da definição do conjunto de indicadores de acompanhamento da Agenda de Desenvolvimento pós-2015, tem havido uma profusão de propostas de indicadores de Pobreza Multidimensional. Um exame detalhado das mesmas parece apontar que, como sucedem com outros constructos, Pobreza Multidimensional está sendo operacionalizada em indicadores a partir de inspirações abstratas ou concepções idealizadas – e naturalmente ideologizadas, como todo empreendimento técnico científico – por equipes com forte competência acadêmica mas distantes ou desconhecedoras do que muitos governos têm refletido e colocado em prática em termos de políticas e programas na área, e dos instrumentos, pesquisas e indicadores de monitoramento e avaliação desenvolvidos.

Este estudo técnico propõe-se a sistematizar subsídios técnicos e políticos para a discussão e construção de indicadores de Pobreza Multidimensional no Brasil e no Mundo, à luz da experiência nacional das políticas de desenvolvimento social e práticas de diagnóstico, monitoramento e avaliação das mesmas nos últimos doze anos.

Para tanto, parte-se de uma análise crítica de algumas das propostas existentes – OPHI/PNUD, Cepal e Banco Mundial. Avança-se na proposição de diretrizes conceituais e metodológicas para construção de medidas efetivamente mais robustas e consistentes para monitoramento e avaliação de políticas e programas sociais voltados à mitigação e equacionamento da pobreza, entendida como fenômeno de privação de conjunto de direitos sociais. Apresenta-se uma proposta de Indicador de Pobreza Multidimensional (MPI), inspirada em proposição anterior da Cepal, e traz a caracterização dos quatro grupos-tipo de pobreza multidimensional e a evolução dos mesmos de 1992 a 2014.

2. Indicadores para quê? Diagnóstico social, Avaliação de Políticas ou Impacto Midiático?

No esteio do sucesso midiático do Índice de Desenvolvimento Humano nos últimos vinte anos, diversos centros de pesquisas, organizações internacionais e universidades disputam a atenção de jornalistas e, desejavelmente, tomadores de decisão no setor público para mostrar a suposta originalidade conceitual e excelência técnica de suas propostas de indicadores de Progresso Social, Felicidade, Vulnerabilidade ou Pobreza Multidimensional. Relatórios sociais são produzidos com esses indicadores, seja em perspectiva comparativa entre países, seja em perspectiva temporal, para ilustrar a potencialidade analítica dos mesmos.

Como sugerido em alguns destes relatórios, o indicador proposto estaria assentado na base conceitual, filosófica e bibliográfica mais completa e abrangente disponível sobre Desenvolvimento, estaria se valendo da maior variedade de dados sociais existentes entre os países e teria sido construído com as mais sofisticadas técnicas econométricas desenvolvidas na academia. Justifica-se a excelência do indicador e sua utilidade como instrumento de diagnóstico ou *advocacy* de políticas para o Desenvolvimento pela quantidade de informação e “neutralidade” da técnica usada na sua construção. Para essa comunidade epistêmica da “indicadologia”, quanto mais informação, quanto mais impenetrável é a metodologia, quanto mais eclética é a base conceitual usada, mais válido e útil o indicador proposto. Quanto maior o número de casas decimais com que o indicador é apresentado, mais confiável e preciso é a medida. Como se fossem apurados por um sistema de Contabilidade Nacional – como o Produto Interno Bruto – o valor final do indicador, qualquer que seja, é a mais “isenta” e “precisa” do nível de desenvolvimento do país ou região. Nessa comunidade epistêmica, o

método precede o constructo, o conceito é a medida, a medida é o conceito. Em alguns casos, para essa comunidade epistêmica, a indistinção Conceito-Medida é até mesmo reconhecida como uma característica desejável. Medidas com forte base empírica justificariam, nessa perspectiva, *pseudo-constructos*.

Há um deslumbramento despropositado dos proponentes de tais indicadores quanto à utilidade dos mesmos como instrumentos de avaliação de políticas públicas. Em geral, para garantir a suposta “legitimidade acadêmica” e “purismo metodológico” na construção dos indicadores, seus proponentes valem-se quase que exclusivamente de referências filosóficas, conceituais e acadêmicas sobre Desenvolvimento, Bem Estar ou Pobreza, deixando de incorporar o conhecimento aplicado sobre as experiências concretas de Políticas Públicas bem sucedidas tão largamente descritas por organismos multilaterais em diversos países e contextos. Tal escolha teórica e metodológica não seria problemática se essas medidas ficassem restritas ao meio acadêmico ou na produção de diagnósticos de condições de vida, mas torna-se problemática quando se advoga que os referenciais supostamente “iluminados” em que se baseiam, produzem indicadores igualmente “iluminadores” da boa razão técnica-política.

Bons indicadores de avaliação de políticas precisam, na realidade, ser específicos e sensíveis aos vários componentes programáticos das mesmas, para mostrar efeitos – ou falta de efeitos ou mesmo os defeitos – quanto a razão de suspeitar que eles tenham sido produzidos. Para tornar mais clara essa assertiva, vale citar dois exemplos: se escolaridade média é um bom indicador social para retratar diagnósticos de condições de vida no Brasil, frequência escolar de crianças de 4 a 5 anos, abandono no ensino médio, defasagem idade/série ou medidas de desempenho – todas disponíveis e atualizadas regularmente no país – são indicadores muito mais específicos e sensíveis para captar a efetividade de políticas educacionais; indicadores de disponibilidade de bens, material de paredes e piso, acesso a serviços urbanos de água, luz, saneamento e transporte são certamente muito mais sensíveis e específicos à existência ou não de programas de acesso a crédito, de valorização do salário mínimo ou de acesso à moradia popular do que medidas de adensamento de moradores por cômodo; por fim, se esperança de vida é um bom indicador de diagnóstico ou avaliação a longo prazo de mudança de estilos de vida e acesso a serviços de saúde de diferentes naturezas, mortalidade infantil ou bem estar

físico reportado podem ser indicadores melhores para monitoramento e avaliação regular de existência e oferta de programas de saúde pública.

Pode parecer contraditório, mas bons indicadores de diagnóstico social não são necessariamente bons indicadores de monitoramento e avaliação de políticas no curto e médio prazo (Figura 1). Diagnósticos apoiam-se, em geral, em indicadores de estoque; monitoramento e avaliação regular de políticas demandam medidas que reflitam fluxos. No longo prazo, indicadores de diagnóstico podem ser úteis para avaliar o esforço do conjunto de estratégias desenhadas para colocar em ação a política social em questão. Afinal, políticas e programas efetivos são desenhados para mitigar a questão social originária valendo-se de estratégias com maiores chances de se viabilizar no contexto de recursos, governabilidade política e competência técnica existente. Indicadores produzidos regularmente, que sejam sensíveis e específicos a essas estratégias, produzirão evidências certamente muito mais úteis para avaliar avanços, resiliências, retrocessos, inexequibilidade ou impropriedade da política que as medidas referidas a um constructo teórico distante, certamente portador de visões desejáveis de sociedade, mas pouco instrumentalizador da ação pública mais efetiva e transformadora.

Enfim, Indicadores sociais de diagnóstico prezam pela capacidade de explicação de alguma questão social ou de discriminação de situações típicas em que tal questão se manifesta em grupos populacionais ou territórios, em um momento específico do tempo. Indicadores de Políticas devem refletir com mais sensibilidade e especificidade os efeitos – ou falta de efeitos – de ações e programas por elas desencadeados, medidos ao longo do tempo. Sincronia é atributo básico dos Indicadores Sociais; diacronia dos Indicadores de Políticas. Indicadores sociais se legitimam pela capacidade de diferenciação territorial em dado momento; Indicadores de Políticas, pela capacidade de diferenciação antes/depois das ações implementadas, em dois momentos, portanto.

Figura 1: Indicadores Sociais e Indicadores de Políticas Sociais fornecem visões complementares da problemática e “solucionática” da pobreza



Indicadores de avaliação de programas públicos de combate à fome deveriam, assim, refletir o desenho de políticas e programas específicos (Quadro 1)¹. Se a natureza da intervenção envolve a formulação de programas de suplementação alimentar, com distribuição de leite a crianças ou de cestas básicas às famílias, requer-se idealmente medidas diretas de nível de desnutrição, como indicadores antropométricos. Se o combate à fome envolve a implementação de programas de transferência de renda, ações de inclusão produtiva e políticas ativas de emprego (dinamização da economia, aumento real do salário mínimo, etc.), indicadores de pobreza monetária são úteis para monitoramento das taxas de cobertura da população potencialmente retirada do risco de exposição a esse flagelo. Se a estratégia envolve o provimento de alimentos por meio de merenda servida nas escolas ou de equipamentos de segurança alimentar - restaurantes populares, banco de alimentos, etc. - indicadores de acesso e frequência a itens alimentares específicos podem trazer subsídios relevantes para avaliação. Se, na estratégia de combate à pobreza, são acopladas intervenções de natureza político-institucional para mitigar efeitos da estigmatização ou discriminação a que estão sujeitas as populações mais pobres, indicadores de percepção subjetiva de sua condição social podem ser importantes. Enfim, se o desenho do programa voltado à mitigação da pobreza é mais abrangente, envolvendo diferentes ações setoriais de políticas sociais, as medidas de pobreza multidimensional ou um conjunto mais amplo de medidas de pobreza ou indicadores sociais podem ser mais úteis para acompanhamento da estratégia.

¹ JANNUZZI, MARTIGNONI e SOUTO (2012).

Quadro 1: Indicadores de Avaliação de Políticas segundo natureza e desenho da Política de Combate à Pobreza

NATUREZA DA POLÍTICA OU PROGRAMA	CONCEITO SUBJACENTE	INDICADORES DE AVALIAÇÃO
Provimento do acesso ao alimento por meio de merenda escolar, distribuição de leite, cestas básicas, etc.	Fome, desnutrição	Indicadores antropométricos, de insegurança alimentar, consumo de itens específicos
Transferência de renda, Inclusão Produtiva e Políticas ativas de Emprego	Pobreza monetária	Taxa de pobreza medida pela linha de pobreza
Provimento de acesso a conjunto de programas, serviços e bens públicos	Pobreza multidimensional	Indicador multidimensional ou conjunto de indicadores sociais ou de pobreza
Redução da desigualdade de acesso à renda e a outros programas	Pobreza relativa	Proporção de pessoas com renda abaixo da renda mediana, indicadores de desigualdade ou hiato de renda
Atuação nos efeitos simbólicos e de estigmatização da exclusão social	Pobreza percebida	Indicadores subjetivos ou autodeclarados de pobreza
Desenho customizado de programas para público-alvos específicos	Pobreza multifacética	Indicadores de pobreza específica para cada tipo de intervenção desenhada

Propostas de construção de indicadores de Desenvolvimento, Vulnerabilidade Social ou Pobreza Multidimensional não podem, pois, se valer apenas de constructos teóricos e muito menos, de experimentos de sociometria empiricista². Precisam se inspirar mais nas experiências exitosas e boas práticas de políticas públicas em nível internacional e subnacional, documentadas em larga escala há mais de 30 anos. Sem negar, em absoluto, a importância de referências conceituais, filosóficas e acadêmicas na motivação dessas propostas, advoga-se que, para sua operacionalização instrumental, é necessário compilar, estudar e investigar o que diferentes países têm criado e colocado em prática em termos de políticas e programas sociais que atuam na mitigação da pobreza, da vulnerabilidade, da desigualdade. Indicadores usados no monitoramento e avaliação dessas políticas, referidos a programas ou públicos-alvo mais específicos, podem conferir maior utilidade técnica-política que os indicadores sociais tradicionalmente recomendados em propostas de inspiração marcadamente acadêmica.

A experiência do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é um bom exemplo a citar nesse sentido, e naturalmente a evitar. Inspirado em concepções filosóficas supostamente “iluminadas” e “consensuais”, o indicador pouco refletiu, de fato, em suas medições anuais, os efeitos das experiências de políticas sociais mais significativas nos últimos vinte anos. De partida, isso se deve ao fato de que o indicador se assenta em pressupostos claramente

² Sociometria empiricista soa propositalmente como um pleonasma!

liberais-conservadores acerca do papel do Estado no Desenvolvimento. Nesse ideário o desenvolvimento é o resultado da viabilização de oportunidades de emancipação individual e não como processo ativo de promoção do acesso a direitos sociais coletivos, concepção essa que tem embasado a proposição de inovações importantes em termos de políticas sociais pelo mundo afora. Não seria surpreendente, pois, que um indicador construído sob a égide de um consenso de inspiração liberal-conservador sobre Desenvolvimento Humano não pudesse captar o que se propugna por Desenvolvimento Social por outras correntes e concepções políticas mais progressistas.

Pode-se até reconhecer a utilidade do IDH na elaboração de diagnósticos comparativos gerais de condições de vida, mas certamente é um equívoco empregá-lo como instrumento de avaliação de políticas públicas. Sua forte dependência de um indicador basicamente econômico – Produto Interno Bruto per capita – e de indicadores sociais de estoque – escolaridade média, anos esperados de escolaridade e esperança de vida – o tornam pouco sensível e específico a políticas e programas sociais com impacto no curto e médio prazo como os programas de combate à fome e pobreza, como os operados pelo MDS nos últimos doze anos. Fossem outros os indicadores primários do índice – de fluxo como taxas de atendimento escolar, acesso a programas de saúde, renda familiar ou taxas de pobreza – a medida seria certamente muito mais sensível e útil para o *advocacy* regular pretendido por seus proponentes, de subsidiar a avaliação de políticas sociais³. O IDH seria, pois, na melhor das hipóteses, um indicador para diagnósticos sincrônicos de “desenvolvimento humano”, mas não um indicador de avaliação diacrônico de políticas sociais.

Relatórios anuais com um indicador de tal natureza, pró-cíclico ao comportamento do PIB e insensível ao que se tem feito de relevante em políticas sociais no Brasil e outros países, contribuem, na realidade, para deslegitimar agendas progressistas e inovadoras na área social. É o que revelam os episódios que se repetem, todo ano, de divulgação do Relatório de Desenvolvimento Humano no Brasil: ainda que o conteúdo do relatório possa reconhecer o mérito de políticas sociais no desenvolvimento humano no país, a invariabilidade do índice é a contraprova usada – ingênua ou conscientemente – por segmentos da mídia e do meio político para apontar que nenhum avanço social foi alcançado.

³ Vide JANNUZZI, BARRETO e SOUSA (2013).

As menções críticas ao IDH se aplicam a muitas outras propostas, vale observar. Felicidade, Bem-estar, Desenvolvimento Humano, Desenvolvimento Sustentável, Pobreza Multidimensional são *constructos* muito caros à Economia Política e à agenda governamental. Não podem estar sujeitos a um sociometrismo empiricista que, supostamente bem intencionado, acaba por fazer apologia a políticas públicas equivocadas. Na realidade, esse sociometrismo empiricista é um mal que hoje acomete muitos centros de pesquisa, muitos deles bem intencionados, outros nem tanto. A disputa de recursos de financiamento de equipes parece legitimar uma certa lógica de quanto maior apelo midiático tem o relatório – em geral, quanto mais gravosa é a manchete que pode gerar – maior a garantia de que os recursos para o relatório do ano seguinte estarão garantidos. Se não há qualquer dúvida de que problemas sociais precisam continuar sendo investigados, também não deveria haver dúvida de que os instrumentos de monitoramento e avaliação precisam ser cada vez mais consistentes, se o objetivo é, de fato, contribuir para mitigar as causas e consequências da questão social originária.

Em síntese: é preciso evitar que Pobreza Multidimensional seja mais um *pseudo-constructo*, um conceito-medida, com suposto verniz conceitual-filosófico, político-normativo ou acadêmico-institucional, com bases fundantes somente na empiria econométrica dos dados estatísticos disponíveis. Para tanto, a construção de Indicadores de Pobreza Multidimensional deve se inspirar mais nas experiências e vasta bibliografia de estudos comparados de políticas e programas sociais voltados à mitigação e equacionamento do fenômeno em nível internacional. Por meio dessa revisão se poderá recuperar dimensões, componentes e indicadores relevantes, específicos e sensíveis ao conjunto de estratégias adotadas, evitando que as escolhas técnicas recaiam sobre o conjunto de indicadores que, há 50 anos, foram a bandeira do então inovador Movimento de Indicadores Sociais pelo mundo⁴. Desde então muito se evoluiu na produção de estatísticas sociais e em termos de políticas e programas sociais. Não se pode avaliar resultados e impactos de políticas e programas sociais no presente com base em indicadores formulados sob a égide de uma política social de 50 anos atrás.

⁴ JANNUZZI (2004).

3. Pobreza Multidimensional como síntese da Pobreza Monetária e Vulnerabilidade Social

Multidimensionalidade não é apenas um conceito abstrato que orienta a produção de diagnósticos e avaliações de programas sociais no Ministério de Desenvolvimento Social; é uma forma de perceber a problemática social e desenhar as ações para seu equacionamento. Multidimensionalidade não é um termo necessariamente explicitado em documentos normativos de programas do Ministério, mas está presente claramente no desenho e na operação dos mesmos. Pobreza Multidimensional é um conceito-ação, como devem ser definidos os grandes desafios em políticas sociais, isto é, como marcos referenciais que, inspirados em uma visão política acerca do Estado, Cidadania e Desenvolvimento, explicita problemáticas sociais em termos normativos e/ou pragmáticos ao tempo que sugerem uma “solucionática” para seu equacionamento. Um conceito-ação se define implícita ou explicitamente quando uma ou mais questões sociais que se apresentam em uma sociedade entram efetivamente na agenda das prioridades políticas do governo como uma problemática a mitigar, já interpretadas, segundo o marco referencial vigente, e já delimitadas pelas possibilidades de solucioná-la de forma mais restrita ou abrangente, em função dos recursos disponíveis, da viabilidade política, da governabilidade dos meios e agentes, da capacidade técnica de operar os programas e ações pelos agentes envolvidos.

Em uma perspectiva instrumental, trata-se de entender Pobreza Multidimensional como a representação operacional de um conjunto de privações de acesso a direitos sociais assegurados, no caso do Brasil, pela Constituição de 1988 e outros documentos normativos, privações essas produzidas por diversos determinantes (fenômeno multideterminado) – baixa escolaridade, falta de oferta de serviços, discriminação, etc. –, vivenciado por segmentos populacionais identificados (fenômeno multifacetado) – como trabalhadores com baixa remuneração e na informalidade, trabalhadores rurais e pequenos agricultores familiares, população em situação de rua, quilombolas, etc. – que demanda uma ação multissetorial de políticas para sua mitigação. Não se trata de entender a pobreza apenas ou prioritariamente como falta de acesso a alimentos para sobrevivência ou de recursos para participar como consumidor de bens e serviços no mercado, mas de privação de direitos sociais mais amplos. Sua mitigação ou equacionamento não depende de um programa ou uma política, mas de uma estratégia multissetorial construída a partir de um conjunto de políticas sociais.

O conceito-ação de Pobreza Multidimensional é, nesse sentido, uma interpretação operacional e normativa possível, dentre tantas, de como mitigar e solucionar as carências e privações sociais em uma dada sociedade. No caso das Políticas de Desenvolvimento Social esse conceito-ação significa privação de direitos básicos de cidadania cuja solução requer uma ação integrada de várias políticas setoriais, ajustada tanto quanto possível às especificidades dos diversos segmentos populacionais em situação de privação. De forma implícita ou explícita ao longo dos últimos dez anos, este conceito-ação tem orientado o Ministério de Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), desde sua criação, na concepção, desenho e operacionalização de suas políticas e programas de superação da pobreza, assim como, na articulação com outros ministérios na proposição de ações específicas – e princípio de equidade – para os públicos mais vulneráveis. Instrumentos de gestão, programas e serviços propostos refletem claramente a multidimensionalidade desse conceito-ação, como era de se esperar. Vale a pena registrar alguns exemplos nesse sentido, começando com um dos instrumentos que mais explicitamente revela essa interpretação multidimensional e multifacetada da pobreza e vulnerabilidade social que estrutura as ações do MDS: o Cadastro Único para Programas Sociais.

O Cadastro Único foi desenhado e tem sido constantemente aprimorado para ser um sistema de busca ativa contínua de pessoas em situação de vulnerabilidade social e privação de direitos, levantando dados demográficos, educacionais, habitacionais, ocupacionais, despesas domiciliares e de identificação sócio-cultural-étnica. Não é, pois, apenas uma base dados, mas um programa que envolve dezenas de milhares de agentes públicos em todo o país; não se presta apenas à verificação da renda disponível na família, mas levanta mais de 40 variáveis para cada família e indivíduos; não se restringe à identificação de famílias pelo endereço, mas detalha inclusive o grupo a que pertence (indígenas, quilombolas, população em situação de rua, ciganos, ribeirinhos e mais de 10 outros grupos específicos). O Cadastro Único tem sido empregado para identificar públicos-alvo do Programa Bolsa Família e outros vinte programas, como para provimento de água por cisternas no Semiárido, acesso subsidiado à energia elétrica (Tarifa Social), à telefonia residencial (Telefone Popular) à casa própria (Minha Casa Minha Vida), ou passe livre em transporte interurbano por ônibus, trem ou barco para pessoas com deficiência de baixa renda. O Cadastro Único tem sido também usado para identificar públicos-alvo específicos para programas estaduais e municipais, de recuperação de escolaridade (Educação de Jovens e Adultos, por exemplo). Operacionaliza, pois, um

conceito-ação de Pobreza Multidimensional muito além da falta de rendimentos ou de alimentos para consumo, mas também de situação ocupacional, acesso à escola, a condições habitacionais adequadas, etc.

Acesso à educação e a serviços de saúde materno-infantil são outros direitos que atestam como a interpretação multidimensional da Pobreza tem orientado a concepção, desenho e operacionalização das ações do MDS. O Programa Bolsa Família foi lançado em 2003 com o objetivo de viabilizar a transferência de renda para população mais vulnerável, condicionando o atendimento escolar de crianças e adolescentes de 6 a 17 anos e atendimento aos serviços de saúde materno-infantil. Por mais críticas que se aponte acerca da obrigatoriedade do atendimento de tais condicionalidades pelas famílias – já que se tratam de direitos de qualquer cidadão brasileiro, não de obrigações, o fato é que elas também se aplicam e aplicaram ao poder público, nas três esferas, encarregado de prover acesso aos equipamentos e serviços públicos para crianças e mães. Sem tais condicionalidades teriam sido construídas escolas e postos de saúde ou providenciados transporte escolar e equipes de Saúde da Família nas localidades mais pobres e remotas do país? Sem a indução do Programa teria o estado do Maranhão aumentado a frequência escolar de crianças de 7 a 14 anos de 87% para 96% das crianças em seis anos, de 2003 a 2009? Teria a taxa de mortalidade infantil caído de 36 para 23 óbitos por mil nesse curto período sem ampliação do acesso à saúde materno infantil para população de baixa renda no estado?

Cadastro Único e Bolsa Família são dois dentre os diversos programas e ações desenhados sob a orientação multidimensional da pobreza. As transferências mensais do Benefício de Prestação Continuada para pessoas com deficiência e idosos, de baixa renda e que não contribuíram para a Previdência Social durante a vida ativa, o Programa Cisternas, que viabiliza a construção de reservatórios domiciliares para coleta e armazenamento de água de chuva para período de estiagem no Semiárido, o Programa de Aquisição de Alimentos, que viabiliza a compra da produção do agricultor familiar e distribuição dos alimentos para entidades socioassistenciais, escolas e restaurantes populares, assim como os serviços e ações voltados a população em situação de rua, aos adolescentes em medida socioeducativa, às famílias em situação de risco social são outros exemplos de como a perspectiva multidimensional se traduz no desenho e oferta de programas e serviços para os multifacetados públicos em situação de vulnerabilidade social e pobreza no país.

Esse diagnóstico multideterminado e multifacetado da pobreza e o reconhecimento da necessidade de uma estratégia multissetorial para sua mitigação é base fundante do Plano Brasil Sem Miséria (BSM) criado em 2011. O Plano ampliou essa estratégia de mitigação e superação da pobreza e vulnerabilidade social por meio da coordenação de mais de uma centena de ações em três eixos setoriais – transferência de renda, serviços públicos e inclusão produtiva –, envolvendo mais de dez ministérios e com maior articulação federativa, com efeitos em um espectro social mais amplo, como mostra publicação recente⁵. O reconhecimento da multideterminação da pobreza é atestado pelo esforço do BSM de fazer com que as “entregas” das políticas de educação, saúde, assistência social e promoção para o trabalho – todas de natureza universal – cheguem aos mais pobres. O acesso à escola, à merenda escolar, aos serviços de atendimento à saúde, aos remédios gratuitos ou subsidiados, à intermediação de mão de obra e qualificação profissional tem contribuído no sentido mais amplo de emancipação social e econômica da população brasileira, mas por vezes com cobertura mais restrita entre os mais pobres e vulneráveis. O MDS e o Plano Brasil Sem Miséria tem atuado nesses últimos doze anos na promoção do acesso a essas políticas com estratégias específicas, movidas por um princípio de “universalismo com equidade”, incorporando componentes diferenciados ou viés redistributivo para assegurar acesso e usufruto, de fato, pela população mais pobre ou vulnerável.

A existência de um Sistema Previdenciário contributivo de ampla escala – embora restrito a aqueles inseridos no mercado formal ou que, em geral, tenham contribuíram no passado – e com boa estruturação gerencial é outro aspecto a ser destacado na prevenção do risco de pobreza entre os mais idosos e trabalhadores mais pobres. Como apontam vários estudos, as cifras de pobreza seriam bem mais elevadas se a Previdência Social não estivesse concedendo benefícios de ao menos um salário mínimo para mais de 26 milhões de famílias, entre aquelas de ex-trabalhadores urbanos contribuintes e ex-trabalhadores rurais não contribuintes (quase 9 milhões)⁶.

Não menos importantes foram as decisões políticas de valorização real do salário mínimo e de dinamização do mercado de trabalho nacional⁷ na estratégia nacional de superação da pobreza e melhoria das condições de vida da população mais pobre. Um estudo do Banco Mundial

⁵ Vide Campello, Silva e Vieira (2014) para uma compreensão do desenho, ações e resultados do Plano.

⁶ Vide, entre outros, Schwarzer e Santana (2013).

⁷ Como a política de priorização da compra de bens e serviços produzidos no país, como praticado pela Petrobrás na compra de navios-cargueiros e plataformas de exploração, por exemplo.

acerca dos determinantes da evolução da pobreza em diversos países entre 2001 e 2009, apontou a evolução da renda do trabalho como principal fator explicativo, tão maior quanto mais elevada a linha de referência adotada para a pobreza⁸. Ampliação do crédito a população de baixa renda também foi outra decisão política no domínio econômico com repercussões positivas nas condições de vida da população de baixa renda. Fogão e geladeira passaram a ser bens quase universais no meio urbano brasileiro.

Esta estratégia complexa de mitigação e combate à pobreza constitui, pois, um legado – de políticas sociais, de decisões de política econômica, de desenho de programas e implementação de serviços para diferentes segmentos vulneráveis – que precisa ser considerado na definição de um conceito-ação de Pobreza Multidimensional. Pobreza Multidimensional não pode ser definida, como já apontado na seção anterior, apenas a partir de interpretações e leituras dos “clássicos” da Economia do Bem Estar ou Filosofia Política, como um processo hipotético-dedutivo linear “Conceito → Dimensões → Medidas”. Tampouco pode ser definido com base em uma Sociometria empírica, de definição *ex-post* do conceito a partir da disponibilidade de variáveis coletadas em pesquisas, como um raciocínio igualmente linear do tipo “Dados → Dimensões → Conceito”, como soa acontecer com várias propostas de Conceito-Medida de Bem-estar, desenvolvimento humano, progresso social.

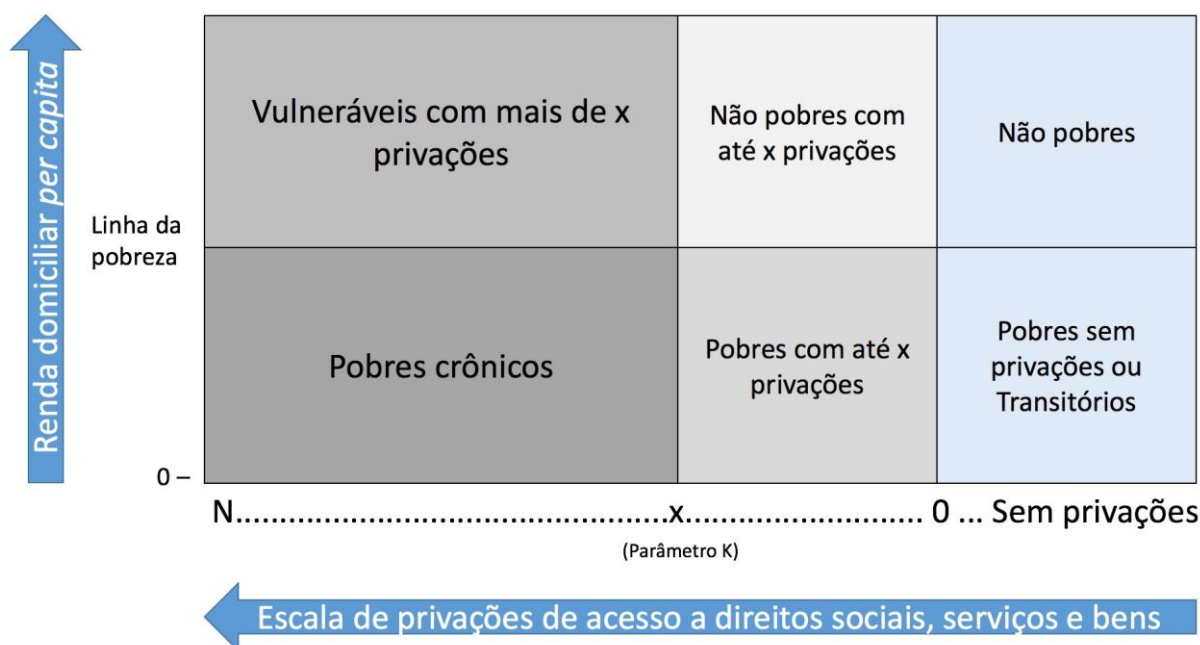
Por meio de um processo de “Interpretação política da realidade social → Formulação de Públicas → Desenho de Programas e Ações → Indicadores”, inspirado na experiência brasileira brevemente descrita de políticas e programas de mitigação da pobreza, Pobreza Multidimensional pode ser entendida, em sentido político-normativo, como a situação de privação de acesso aos meios econômicos e às políticas públicas que asseguram a cidadania plena, requerendo para sua superação uma estratégia abrangente de programas sociais – de natureza universal, alocativa e redistributiva – cujo monitoramento e avaliação demanda um conjunto de indicadores específicos de programas, entre esses, o indicador resultante da integração de duas abordagens de mensuração complementares: a pobreza monetária (baseada em linha de pobreza) e vulnerabilidade social (baseada em escala de privações de acesso a direitos, bens e serviços).

⁸ Vide Azevedo et al (2013)

O México adotou há alguns anos essa abordagem interpretativa de Pobreza Multidimensional e de sua mensuração, identificando seis grupos de interesse analítico (Figura 2): pobres crônicos (com rendimentos abaixo da linha de pobreza e privações extremas), vulneráveis (não pobres em renda, mas igualmente privados), pobres com carências (baixos rendimentos e privações medianas), pobres transitórios (baixos rendimentos, mas sem privações básicas), não pobres com carências (renda acima da linha de pobreza, mas privações medianas) e não pobres⁹.

Essa proposta nada tem de original, vale ressaltar. De fato, a adoção de tal conceito-ação não apresenta, na realidade, novidade alguma na área. Só recupera e revive uma abordagem de certa tradição de estudos sobre pobreza e condições de vida que se realizavam nos anos 1980/90 no Brasil e América Latina, como os realizados pela Cepal, Seade e Núcleo de Estudo em Políticas Públicas da Universidade Estadual de Campinas¹⁰. À época, a tradição dos estudos sobre mercado de trabalho e as análises da cobertura e escopo do Sistema de Proteção Social em estruturação em muitos países orientavam a pesquisa sobre pobreza, condições de vida e desigualdade na região.

Figura 2: Concepção da Pobreza Multidimensional como síntese da Pobreza Monetária e Vulnerabilidade Social



⁹ VAZ e JANNUZZI (2014).

¹⁰ Vide Feres e Mancero (2001), Seade (1994), Lopes (1995).

Como registrado no *Compendium of Best Practices in Poverty Measurement*, publicado pelo IBGE em 2006, a partir de muitas reuniões técnicas e contribuições de especialistas na temática durante vários anos, desde 1996:

Methods combining poverty lines and deprivation indices to identify the poor have been used in few countries and have also been employed in many academic studies.... In Latin America the tradition has been to identify the poor as those who either have a low income or suffer from deprivation. The objective of this method is to improve the assessment of satisfaction of needs with respect to the two methods widely used in the region, the deprivation index (specifically, the unmet basic needs, or UBN) and the poverty line. Certain needs are better evaluated through deprivation indices, while others are adequately assessed by current income (Expert Group on Poverty Statics, 2006, p.119).

Pobreza Multidimensional como síntese da pobreza monetária e da vulnerabilidade social (ou necessidades básicas insatisfeitas - NBI) estava presente, pois, já há mais de 25 anos nos estudos sobre condições de vida na região. De fato, a revisão dos métodos e técnicas de mensuração de pobreza realizada alguns anos depois da publicação do Compêndio observou que:

Uma das iniciativas pioneiras de medição multidimensional da pobreza na América Latina ocorreu no final da década de 1980, e consistiu na utilização complementar dos métodos da linha de pobreza e NBI. (...) o método da linha de pobreza não leva em conta o acesso aos serviços públicos gratuitos oferecidos pelo estado e também não capta a satisfação de necessidades que exigem investimentos e não gastos correntes, tais como habitação ou educação. Por sua vez, o método NBI não consegue medir as necessidades que são satisfeitas através do consumo.

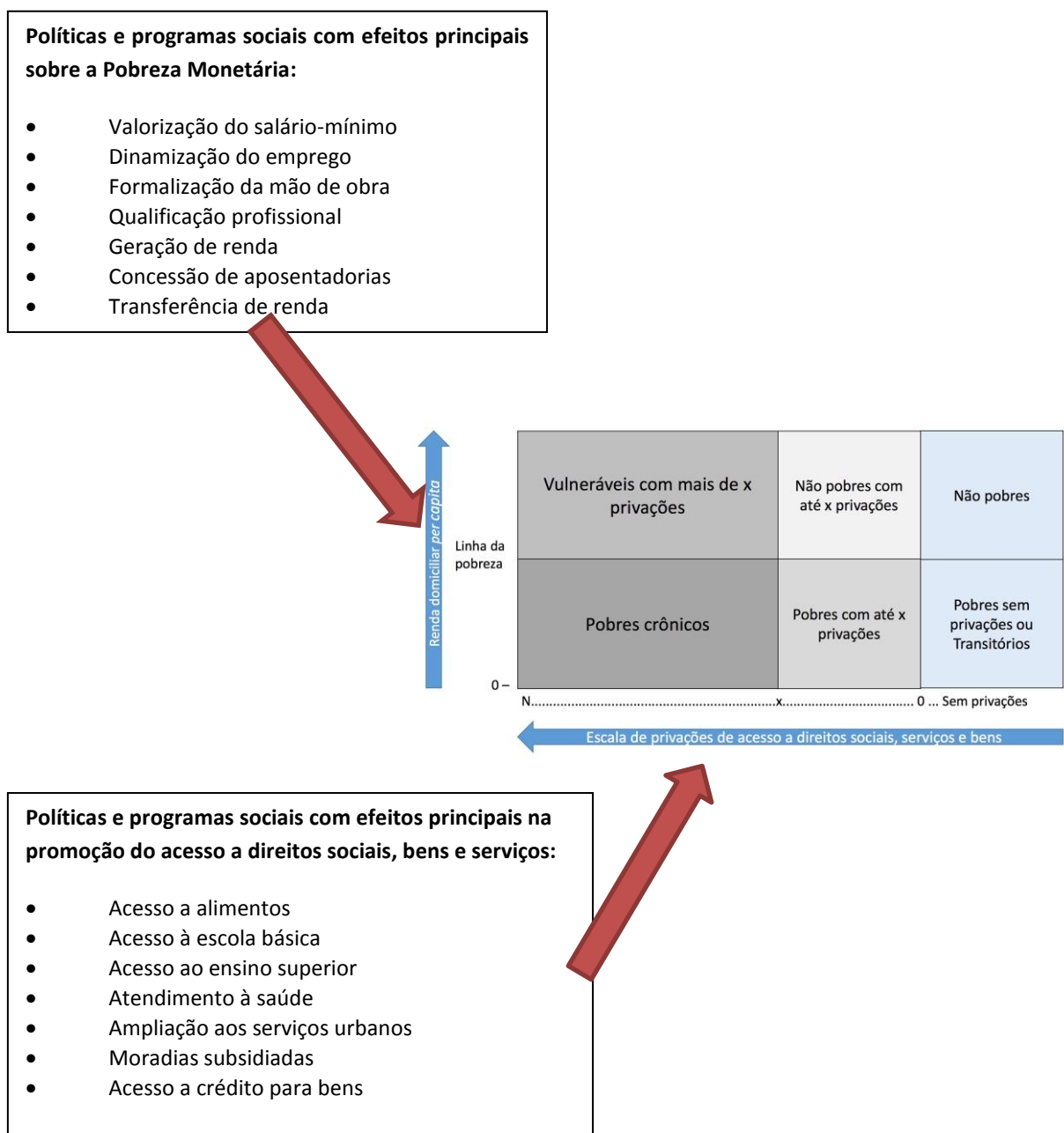
...

A complementariedade consiste em que cada método captura diferentes necessidades. Métricas monetárias se associam com a privação a curto prazo, dada a sensibilidade dos rendimentos para o ciclo econômico, enquanto a abordagem NBI está relacionada à pobreza estrutural, já que seus indicadores são mais estáveis no tempo. (FERES e VILATORO 2013, p.32)

À luz do exposto anteriormente, tal abordagem combinada se prestaria não apenas a elaboração de diagnósticos de pobreza multidimensional, mas para avaliar efeitos de estratégias complexas de políticas de combate e mitigação da pobreza, que envolvem programas e ações que afetam o rendimento disponível para as famílias – pela valorização do salário mínimo, dinamismo do mercado de trabalho, qualificação da mão de obra, existência

de Sistemas de Proteção Social contributivos ou não (Bolsa Família, Benefício de Prestação Continuada, etc.) – e programas e ações para ampliar acesso a direitos sociais, bens e serviços – provimento de vagas em escolas, atendimento à saúde, serviços urbanos, moradias, acesso a crédito, etc.. Dito de outra forma, estratégias, planos e políticas que contribuíssem para superar a privação de meios econômicos e de acesso a direitos sociais necessários a plena cidadania estariam contribuindo para mitigação e superação da Pobreza em uma perspectiva Multidimensional (Figura 3).

Figura 3: Sensibilidade e especificidade da Pobreza Multidimensional para avaliação de Estratégias complexas de Desenvolvimento Social e Combate à Pobreza



4. Análise comparada de Indicadores de Pobreza Multidimensional

Tendo discutido questões de natureza conceitual, técnica e política – e por que não epistêmicas – sobre Pobreza Multidimensional nas seções anteriores, passa-se a seguir a análise comparativa de três das principais propostas existentes de sua mensuração: a do Oxford Human Development Initiative, encampada pelo Escritório de Desenvolvimento Humano do PNUD, a da Divisão de Estatísticas da Cepal e a de Lopez-Calva et al (2014), técnicos do Banco Mundial – doravante, em prejuízo de precisão referencial, mas por simplicidade, denominado de proposta do Banco Mundial (BM).

Essas três propostas, assim como outras propostas que vêm sendo produzidas e veiculadas sobre Pobreza Multidimensional, Vulnerabilidade e outros constructos correlatos, tem sido analisadas e discutidas regularmente na série Estudos Técnicos SAGI – mais de 15 estudos nos últimos quatro anos – disponíveis no Portal da Secretaria¹¹. Estes estudos mostram que essas propostas de indicadores se diferenciam por um conjunto amplo de aspectos conceituais e metodológicos, desde a concepção do que se entende por Pobreza Multidimensional às diferentes técnicas e alternativas metodológicas para sua operacionalização em indicadores (Quadro 2).

Quadro 2: Aspectos conceituais e metodológicos que diferenciam as propostas de Indicadores de Pobreza Multidimensional

- Indicador Social (conceito-medida) ou Indicador de Política (conceito-ação)
- Foco conceitual em Pobreza Multidimensional ou Vulnerabilidade
- Dimensões consideradas
- Quantidade e natureza dos Indicadores propostos
- Grupos populacionais considerados nos indicadores
- Pesos para cada dimensão e indicador
- Metodologia de combinação das dimensões e privações
- Número de privações a considerar
- Técnica de agregação dos indicadores
- Fontes de dados usadas

Detendo-se sobre alguns aspectos centrais das três propostas – sistematizada no Quadro 3 – primeiramente, é preciso registrar que nenhum deles foi propriamente construído para ser um Indicador de Políticas e de estratégias multissetoriais de combate à pobreza. São propostas de construção de Indicadores Sociais, certamente legítimas, mas com inspirações claramente

¹¹ Vide www.mds.gov.br/sagi -> Estudos Técnicos

“empiricistas” (na escolha de variáveis com maior poder discriminante nos estudos diagnósticos de pobreza e condições de vida) e/ou baseadas em princípios orientadores da ação que as organizações multilaterais envolvidas patrocinam (na escolha das dimensões dos indicadores). Não se pretendem, ao menos explicitamente, a “traduzirem” em termos operacionais a Declaração dos Direitos do Homem, as recomendações da Cúpula Social de Copenhague ou outra agenda normativa-filosófica-política global existente, o que é um bom começo. A proposta OPHI guarda proximidade, contudo, com os preceitos de “Desenvolvimento Humano”. A da Cepal inspira-se em suas linhas de ação e *advocacy* em termos de sistemas de políticas sociais mais abrangentes e da vinculação dos mesmos com políticas ativas no campo do trabalho. A proposta BM é, talvez, a menos ambiciosa em termos de identificação explícita com algum ideário conceitual ou político já que foi construída com propósitos muito pragmáticos de identificação da parcela mais resiliente da pobreza monetária, não sujeita à volatilidade da renda do trabalho. Mas revela, implicitamente pela escolha de dimensões e variáveis operacionalizadoras, sua inspiração nos preceitos da economia de mercado e de políticas de capital humano preconizados pelo Banco Mundial. Não cabe, aqui, qualquer juízo crítico de valor político nas propostas, mas tão-somente de identificar suas inspirações latentes e demonstrar a natureza epistêmica mais propriamente de Indicadores Sociais do que Indicadores de Políticas, na forma anteriormente definida.

Do ponto de vista metodológico, das três propostas, somente o indicador BM se aproxima de uma medida de Pobreza Multidimensional no conceito-ação aqui assumido, definido ao final da seção anterior. O indicador BM é construído a partir da combinação de abordagens de pobreza monetária e de privação de acesso a direitos, bens e serviços, podendo ser usado para distinção dos quatro grupos de pobreza específicos de interesse analítico, além da pobreza crônica e transitória que motivou sua proposição pelos autores (Figura 2 anteriormente mostrada).

As outras duas propostas – OPHI e Cepal – são, na realidade, de Vulnerabilidade Social, pois medem a “Pobreza Multidimensional” por meio de uma escala de privações. No caso do indicador do OPHI, privação de rendimento não é nem considerada; no caso da Cepal, a condição de pobreza é avaliada como uma das 13 privações, mas não como uma dimensão estruturante do indicador. As propostas originais OPHI e Cepal originais não conferem importância basilar à dimensão Renda e, dessa forma, pouco sensíveis às ações estratégicas do

governo brasileiro na superação da pobreza em termos da política de valorização do salário mínimo, das decisões em favor da criação de emprego no país, da ampliação de acesso a programas de transferência de renda como BPC e PBF.

Quadro 3: Análise comparativa de 3 propostas de Indicadores Multidimensionais

Instituição	Banco Mundial	OPHI/PNUD	Cepal
Aspectos conceituais	É, de fato, um indicador multidimensional de pobreza, pois combina as duas abordagens cruzadas	É um indicador parcial de vulnerabilidade social, pois não considera explicitamente a renda ou pobreza monetária	Também é um indicador de vulnerabilidade social, mas nesse caso usando pobreza monetária com uma das dimensões de privação (com peso 15%)
Privações sociais considerado	Escolaridade, Infra-estrutura domiciliar, acesso a bens e pobreza monetária (7 indicadores)	Escolaridade, Infra-estrutura domiciliar, bens e saúde/nutrição (10 indicadores)	Escolaridade, Habitação, Infraestrutura domiciliar, Emprego e Proteção Social e Renda (13 indicadores)
%Corte Carências	43%	33%	25%
Pobreza crônica Brasil	2004: 6,7 % 2014: 1,0 %	2006: 4,9% 2012: 2,9 %	2005: 28 % 2012: 14 %

Um exame crítico preliminar já revelaria que nenhuma destas propostas é, de fato, de Indicadores de Políticas de Combate à Pobreza, tal como se tem formulado no Brasil. Nenhum deles consegue captar de forma integral o conjunto de avanços sociais direta ou indiretamente relacionados a programas e ações das políticas de desenvolvimento social e combate à fome na superação da pobreza multifacetada e multidimensional. As três propostas não captam integralmente os efeitos de programas e ações em nutrição, transferência de renda, educação básica e acesso a condições materiais de vida. São menos sensíveis ainda a ações importantes em diversos outros domínios da estratégia brasileira de superação da pobreza como em saúde materno-infantil, provimento de vagas em creches e educação infantil, em termos de progresso escolar, combate ao trabalho infantil, acesso ao mercado de trabalho, a

oportunidades de qualificação profissional e inclusão produtiva, para citar algumas das principais lacunas programáticas existentes nas propostas. Não são, pois, Indicadores de Políticas, mas Indicadores Sociais. Carecem, deste modo, da desejada validade de *constructo* que toda medida operacional de um conceito – mais abstrato ou programático – deveria apresentar (no caso, de Pobreza Multidimensional, como anteriormente definido)¹².

Outro aspecto a comentar relaciona-se às dimensões, ao número de indicadores e ao ponto de corte (K) da privação social extrema. Educação, Infraestrutura domiciliar e padrão de vida (bens) estão presentes nas três propostas; na do OPHI privilegia-se adicionalmente as dimensões Saúde e Nutrição; na da Cepal, Emprego e Proteção Social. A proposta do BM vale-se de apenas 7 indicadores, todos com mesmo peso, para a escala de privação (com corte de 43% ou mais para classificar um domicílio em privação grave); a do OPHI emprega 10 indicadores, com pesos iguais nas dimensões (com corte de privação grave em 33% ou mais na carência ponderada) e a da Cepal usa 13 indicadores, pesos iguais nas dimensões (exceto Acesso a Renda, com peso maior e, Acesso a Proteção Social, com peso mais baixo) para a avaliação da privação social do domicílio (com 25% ou mais de carências combinadas para classificar como privação grave). Uma distinção importante a destacar na proposta da Cepal é o reconhecimento do papel do emprego e sistema previdenciário na mitigação da pobreza, aspecto não considerado nas outras duas propostas.

Em relação às duas outras propostas, o indicador BM é mais parcimonioso em suas dimensões, indicadores e estrutura de pesos e não se propõe a operacionalizar dimensões para as quais não há indicadores disponíveis, válidos ou confiáveis na PNAD. Na proposta do OPHI requer-se indicador de desnutrição; na da Cepal haveria que se considerar na dimensão de Proteção Social, o acesso ao programa Bolsa Família, cuja variável não está disponível nos microdados da pesquisa. Com isso, o indicador BM é o único que é passível de ser integral e regularmente calculado e com ampla desagregabilidade territorial (Brasil e UFs) assim como para grupos populacionais específicos.

¹²A validade de *constructo* de um indicador é certamente um dos atributos de mais difícil certificação ou mesmo de comprovação, a menos de algumas situações em que há quase uma simbiose entre conceito e medida – como mortalidade infantil, por exemplo- ou uma confusão epistêmica-metodológica – como nos casos já citados de Desenvolvimento Humano ou Felicidade.

Por conta dessas diferenças conceituais e metodológicas, os resultados de Pobreza/Vulnerabilidade mais gravosa calculados pelas três propostas são diferentes, mas convergentes no tempo. A proposta OPHI leva a uma estimativa de vulnerabilidade crônica de 2,9 % em 2013 (contra 4,9% em 2006). No caso da Cepal, a estimativa de vulnerabilidade calculada é de 14% em 2012, metade da apurada em 2005 (28%). A do BM, única estimativa de fato de Pobreza Multidimensional Crônica é de 1,0% em 2014 (contra 6,7% em 2004). Distintas, mas convergentes.

Como mostrado em estudo anterior (ETEC 02/2015), pela forma como a condição de pobreza é tratada – e o peso da mesma (14,8%) – no indicador da Cepal, a estimativa de pobreza multidimensional (14% em 2012) é uma cifra muito superior a qualquer outra disponível e pouco plausível em termos dos avanços sociais descritos por diversas pesquisas. Somente conferindo pesos acima de 60% nessa variável – taxa de pobreza –, em detrimento das demais, o indicador de Vulnerabilidade Social da Cepal cai para patamares factíveis (em torno de 8%).

5. Proposta de Tipologia de Pobreza Multidimensional – Cepal-Sagi

À luz da discussão crítica nos tópicos anteriores, caberia se perguntar se algum dos três indicadores pode ser considerado adequado para avaliação do esforço das políticas e ações do MDS e Plano Brasil Sem Miséria (BSM) nos últimos 12 anos, na amplitude do escopo temático e cobertura populacional que as caracterizaram.

Como já mencionado anteriormente, nenhuma das três propostas se constitui, de fato, em um indicador de avaliação de resultados ou impactos de políticas multissetoriais de pobreza, com todo o espectro de ações empreendidas no Brasil. Contudo, pelas dimensões e indicadores considerados na sua construção, a proposta Cepal contempla um conjunto mais amplo de componentes da estratégia brasileira de superação da pobreza, em especial pela incorporação da dimensão emprego e proteção social.

Transformando tal proposta em indicador, de fato, de Pobreza Multidimensional, e introduzindo, pois, o eixo de Pobreza Monetária como dimensão estruturante, pode-se dispor de um indicador que é capaz de diferenciar os grupos multidimensionais de pobreza –

validação sincrônica – e ser sensível aos efeitos de ações específicas da estratégia integrada de combate à pobreza – validação diacrônica. O Quadro 4 apresenta este Indicador de Pobreza Multidimensional Cepal-Sagi, valendo-se das dimensões e critérios definidos pela Cepal, com pequenas adaptações na operacionalização pelas PNADs.

Como discutido anteriormente, além da pobreza crônica, esta proposta de Indicador de Pobreza Multidimensional, também dimensiona outras categorias de Pobreza a partir da definição do ponto de corte no conjunto de privações, o parâmetro K, piso crítico para definição de cronicidade, tomado como 33%, por razões explicadas mais à frente. Nessa proposta, os Pobres Crônicos (isto é, aqueles com rendimento domiciliar *per capita* abaixo de 140 reais e nível ponderado de privação acima de 33%) totalizariam 3,9 milhões de pessoas. Os Carentes – também com renda abaixo de 140 reais, mas com privação abaixo de 33% – corresponderiam a 9,2 milhões de pessoas; os Vulneráveis – não pobres em renda, mas alta vulnerabilidade – seriam 8,9 milhões de pessoas. Os Transitórios, com baixo rendimento, mas nenhuma privação básica, seriam menos de 200 mil pessoas. Os Não Pobres com alguma privação ou limitação de acesso a bens, serviços ou programas sociais é o contingente mais numeroso, com 120 milhões, seguido dos Não-pobres, com 59 milhões. A cronicidade da pobreza multidimensional estaria em patamar intermediário (2%), entre as estimativas de Lopez-Calva et al (2014) e do OPHI/PNUD (Quadro 5).

Quadro 4: Proposta de Indicador de Pobreza Multidimensional Cepal-Sagi, suas categorias e contingentes estimados em 2014

Privação de acesso e Pobreza Monetária	Mais de 33% privações de acesso a direitos sociais, bens e/ou serviços	Até 33% privações de acesso a direitos, bens e/ou serviços	Sem privação de acesso a direitos bens e/ou serviços
Não Pobres Monetários (renda acima da linha de pobreza)	Vulneráveis (8,9 milhões de pessoas)	Não Pobres com alguma limitação (120 milhões)	Não Pobres (59 milhões)
Pobres Monetários (renda abaixo ou até linha de pobreza)	Pobres Crônicos (3,9 milhões de pessoas)	Carentes (9,2 milhões de pessoas)	Transitórios (180 mil)

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS
Obs: Exclui moradores de domicílios particulares permanentes na condição de pensionistas, empregados domésticos e/ou filhos de empregados domésticos. O rendimento domiciliar *per capita* dos domicílios sem rendimentos ou sem declaração de rendimentos foi imputado conforme metodologia de imputação *hotdeck* descrita no Estudos Técnico SAGI n. 6 de 2016.

Quadro 5: Análise comparativa de 4 propostas de Indicadores Multidimensionais

Instituição	Banco Mundial	OPHI/PNUD	Cepal	Cepal-Sagi
Aspectos conceituais	É, de fato, um indicador multidimensional de pobreza, pois combina as duas abordagens cruzadas	É um indicador parcial de vulnerabilidade social, pois não considera explicitamente a renda ou pobreza monetária	Também é um indicador de vulnerabilidade social, mas nesse caso usando pobreza monetária com uma das dimensões de privação (com peso 15%)	É, de fato, um indicador multidimensional de pobreza, pois combina as duas abordagens cruzadas
Privações sociais considerado	Escolaridade, Infra-estrutura domiciliar, acesso a bens e pobreza monetária (7 indicadores)	Escolaridade, Infra-estrutura domiciliar, bens e saúde/nutrição (10 indicadores)	Escolaridade, Habitação, Infraestrutura domiciliar, Emprego e Proteção Social e Renda (13 indicadores)	Escolaridade, Habitação, Infraestrutura domiciliar, Emprego e Proteção Social e Renda (13 indicadores)
Parâmetro K	43%	33%	25%	33%
Pobreza crônica Brasil	2004: 6,7 % 2014: 1,0 %	2006: 4,9% 2013: 2,9 %	2005: 28 % 2012: 14 %	2005: 9,5 % 2014: 2 %

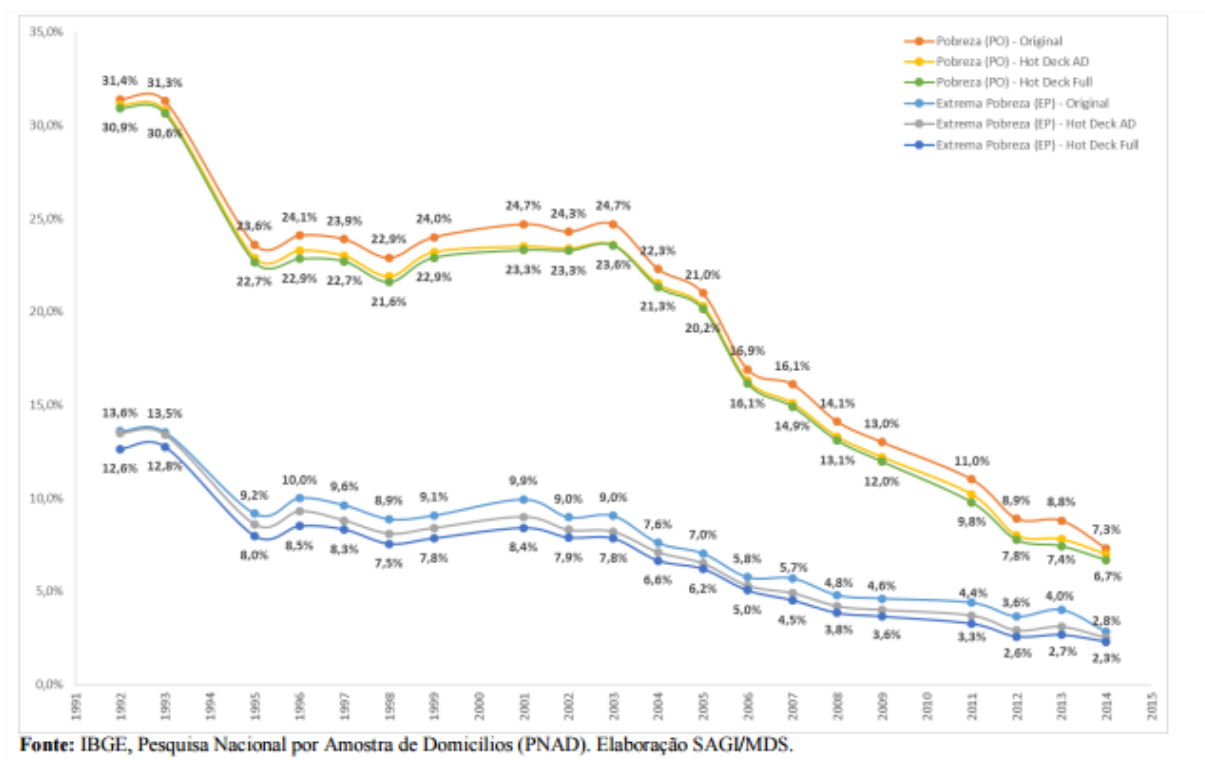
Antes de avançar na discussão desse indicador é importante registrar aspectos metodológicos acerca de dois parâmetros cruciais acerca de sua construção: a linha de pobreza usada e o parâmetro de cronicidade da vulnerabilidade social.

A linha de pobreza usada é a empregada pelo MDS para fins de acompanhamento do Plano Brasil Sem Miséria, de 140 reais domiciliar *per capita* em junho de 2011 e, portanto, corrigida pelo INPC para os meses de referência das PNADs aqui retratadas. Vale registrar que a Linha de Pobreza aqui adotada é uma várias possibilidades existentes para o país, cada qual com questionamentos com respeito a sua atualidade e procedimentos metodológicos. Qualquer que seja a linha adotada observa-se queda expressiva da pobreza monetária.

Tão importante quanto à definição da linha de pobreza é o valor do rendimento domiciliar empregado. Vários estudos técnicos realizados anteriormente na SAGI mostram que é um equívoco computar taxas de pobreza e extrema pobreza sem qualquer tratamento das variáveis de rendimento captadas na pesquisa. Os resultados da PNAD 2014 com relação à forte diminuição de registros com renda zero já deixaram claro que havia problemas na captação de rendimentos nas edições anteriores da pesquisa e portanto, da necessidade de

compatibilização de indicadores para análise longitudinal da pobreza, desigualdade e nível médio de rendimentos. Assim, Fonseca e Gonçalves (2016) aplicaram diferentes metodologias para tratamento de domicílios sem declaração de rendimentos e com rendimentos nulos para estimar os indicadores de pobreza monetária e de desigualdade de renda. Embora as técnicas cheguem a taxas próximas ao longo do tempo, como se pode verificar no Gráfico 1, as estimativas obtidas por meio de imputação de renda domiciliar com base no perfil de domicílios “semelhantes” parecem corrigir melhor os problemas de subdeclaração de renda e benefícios sociais nos levantamentos de campo. Para 2014, por exemplo, enquanto que a taxa de pobreza com dados não tratados da PNAD conduzem a uma estimativa de 7,3%, e com tratamento por meio de Análise Discriminante (Estudo Técnico 05/2016), a uma estimativa de 7,0%, com a metodologia de imputação do “vizinho mais próximo” chega-se a 6,7% da população.

Gráfico 1: Evolução das taxas de pobreza e extrema pobreza segundo diferentes técnicas de tratamento da renda domiciliar – Brasil 1992 a 2014



A escolha das dimensões e as respectivas variáveis que vão compor o índice de vulnerabilidade social (eixo de privações a direitos, bens e serviços), assim como, a escolha do ponto de corte ou parâmetro K no índice para definir a cronicidade das privações, afeta,

naturalmente, o dimensionamento e as características de cada tipo de pobreza mensurada na tipologia de Pobreza Multidimensional apresentada no Quadro 4.

Parâmetros mais estritos de cronicidade no índice de vulnerabilidade social (com K menores, classificando como crônicos, pessoas com 1 ou 2 privações de acesso a direitos) tendem a produzir grupos em pobreza crônica artificialmente elevados, e, conseqüentemente, contingentes menores de carentes. Por outro lado, ao tomar o valor de K como muito elevado, tende-se a produzir contingentes de pobreza crônica pouco numerosos. Há, pois, que se definir o parâmetro K, piso crítico para definição de cronicidade, a partir de critérios objetivos, transparentes e justificáveis.

Na proposta aqui apresentada, a definição do parâmetro K se pautou pela análise comparativa de uma variável associada a pobreza crônica: a insegurança alimentar grave (IAG). Em três edições da PNAD – 2004, 2009 e 2013 – se coletou quesitos sobre experiência e vivência domiciliar de Insegurança Alimentar, tendo-se estimado a Insegurança Alimentar Grave em 6,5%, 5,0% e 3,2% dos domicílios (ou 8,2%, 5,8% e 3,6% dos indivíduos), respectivamente. Nessa situação enquadram-se domicílios em que, perguntadas, as pessoas relatam que tiveram algum episódio de restrição alimentar – quanti ou qualitativa – nos últimos três meses. Ou seja, situação de fome. Dentre tantas possibilidades normativas na definição do parâmetro K (Alkire et al 2015), adotou-se aqui uma abordagem de associação da pobreza crônica com a situação limite de “passar fome”.

Como mostrado na Tabela 1 e ilustrado no Gráfico 2, apresenta-se o percentual acumulado da população em situação de IAG pelo o índice de vulnerabilidade social variando do menor (0) para o maior nível de privação (1), nas três edições da pesquisa¹³. Como era de se esperar, quanto maior o valor de K, maior a parcela da população em Insegurança Alimentar Grave. Naturalmente para $K = 0$, $IAG = 0$ e para $K=1$, a IAG é máxima. É preciso encontrar um valor de K que se mostre coerente com o que se estimativa de situação de vulnerabilidade crônica.

¹³ Nesse processo de simulou-se diferentes K como parâmetro de vulnerabilidade, não se construindo o indicador de pobreza crônica, com a adoção da linha de pobreza de 140 reais. Simulações com cronicidade estrita (provação e pobreza monetária) mostraram tendência semelhantes aos apresentados no texto.

Tabela 1: Percentual acumulado da População em Insegurança Alimentar Grave em função do índice de vulnerabilidade social (eixo de privações) – Brasil, 2004, 2009 e 2013

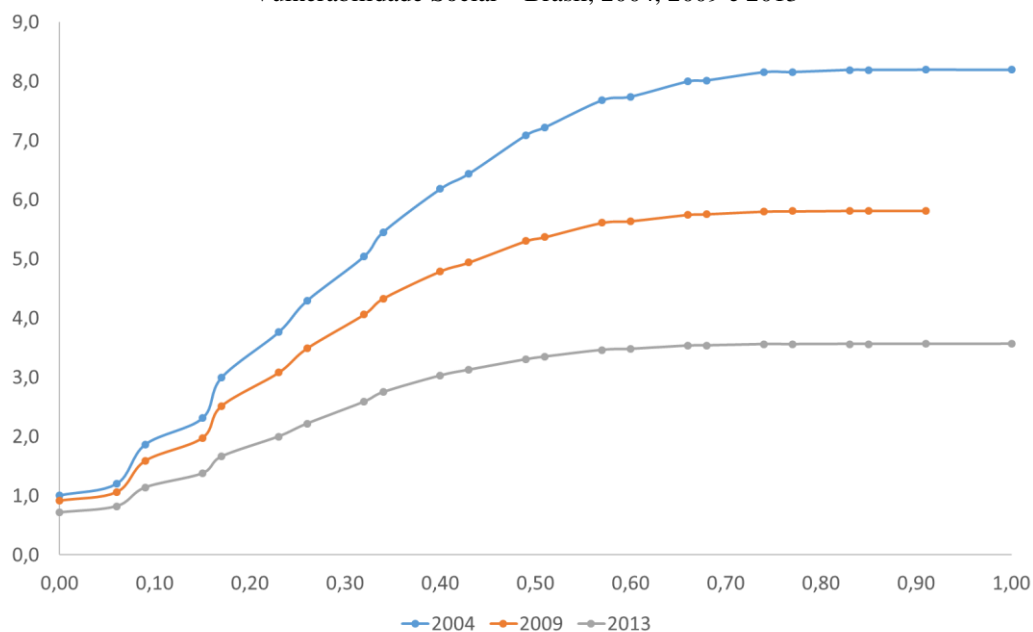
Índice de Vulnerabilidade Social	Insegurança Alimentar Grave		
	2004	2009	2013
0,00	1,0	0,9	0,7
0,06	1,2	1,1	0,8
0,09	1,9	1,6	1,1
0,15	2,3	2,0	1,4
0,17	3,0	2,5	1,7
0,23	3,8	3,1	2,0
0,26	4,3	3,5	2,2
0,32	5,0	4,1	2,6
0,34	5,5	4,3	2,7
0,40	6,2	4,8	3,0
0,43	6,4	4,9	3,1
0,49	7,1	5,3	3,3
0,51	7,2	5,4	3,3
0,57	7,7	5,6	3,5
0,60	7,7	5,6	3,5
0,66	8,0	5,7	3,5
0,68	8,0	5,8	3,5
0,74	8,2	5,8	3,6
0,77	8,2	5,8	3,6
0,83	8,2	5,8	3,6
0,85	8,2	5,8	3,6
0,91	8,2	5,8	3,6
1,00	8,2	5,8	3,6

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS.

Pode-se observar que, para as três edições da pesquisa, os aumentos de parcelas de população em IAG são proporcionalmente crescentes no índice de vulnerabilidade social até valores próximo a 0,30, ou mais precisamente entre 0,32 e 0,34. Isso fica ainda mais evidente quando se analisa o comportamento da função derivada estimada de IAG em função do índice (Gráfico 3). Ou seja, a partir de 0,33 parece haver uma dissociação crescente entre cronicidade da vulnerabilidade social e situações de fome e insegurança alimentar grave. Acima desse patamar (0,33) são só marginalmente acrescidas parcelas de população em situação de IAG. Assim, definindo o parâmetro K acima desse patamar pode-se estar agregando pessoas que não partilham de situações mais extremas de vulnerabilidade; com K abaixo do mesmo, pode-se subestimar públicos em situação de cronicidade. Ademais, adotar tal parâmetro parece condizente com o valor empregado pelo OPHI/PNUD (K=33%), e mais

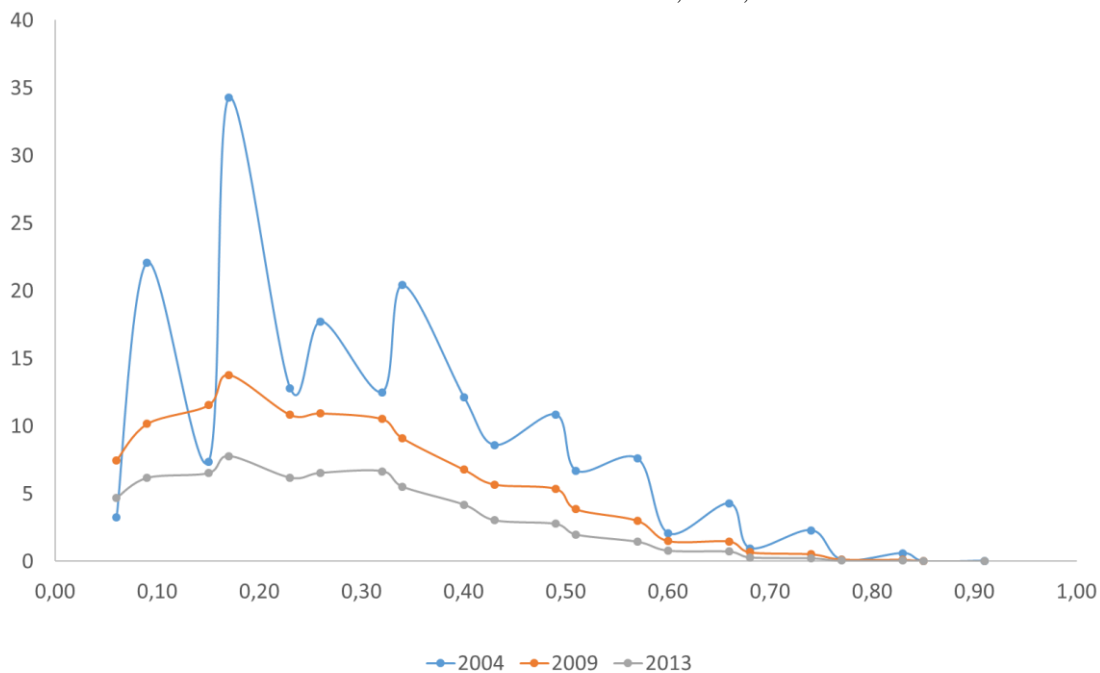
baixo que o de Lopez-Calva (2014) ($K=0,43\%$), mas mais alto que o adotado na proposta original da Cepal ($k=25\%$).

Gráfico 2: Percentual acumulado da população em Insegurança Alimentar Grave (IAG) em função do Índice de Vulnerabilidade Social – Brasil, 2004, 2009 e 2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS.

Gráfico 3: Derivada aproximada do percentual acumulado da população em IAG em função do Índice de Vulnerabilidade Social – Brasil, 2004, 2009 e 2013



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS.

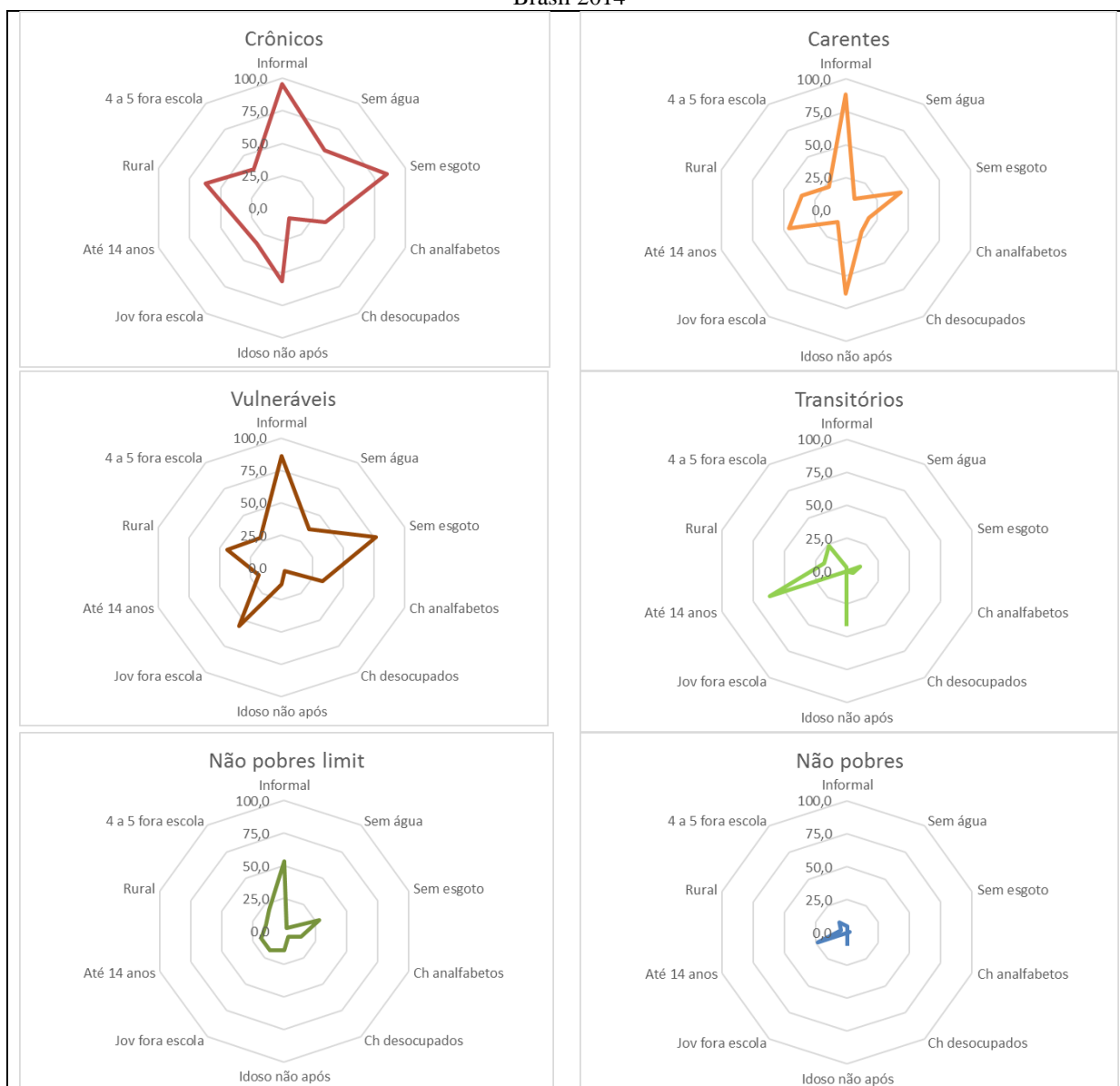
A escolha do parâmetro K – assim como a das dimensões, variáveis e pesos – isto é, o Indicador de Pobreza Multidimensional construído precisa passar por uma validação como indicador de diagnóstico – diferenciação entre grupos – e como indicador de políticas – sensibilidade a mudanças no tempo, com o efeito de ações das Políticas desenhadas para equacionar a questão da pobreza. É a validação sincrônica e diacrônica referida em seção anterior nesse texto.

Como demonstram os Gráficos 4 a 9, e se sistematiza no Quadro 6, o MPI Cepal-Sagi consegue diferenciar com clareza quatro tipos de pobreza multidimensional: a de famílias com filhos no meio rural, especialmente no Nordeste, com problemas de acesso a água, saneamento e escola (Crônicos); a de famílias com filhos no meio urbano e metropolitano, com acesso aos serviços básicos, mas com inserção precária no mercado de trabalho (Carentes); os Vulneráveis, casais ou idosos no meio rural, que saíram da pobreza monetária porque conseguiram acesso à aposentadoria e BPC, mas moram em moradias com certa precariedade; e os Transitórios, pessoas sós ou casais nas grandes cidades, em situação ocasional de desemprego.

Quadro 6: Proposta de Indicador de Pobreza Multidimensional Cepal-Sagi, suas categorias e contingentes estimados em 2014

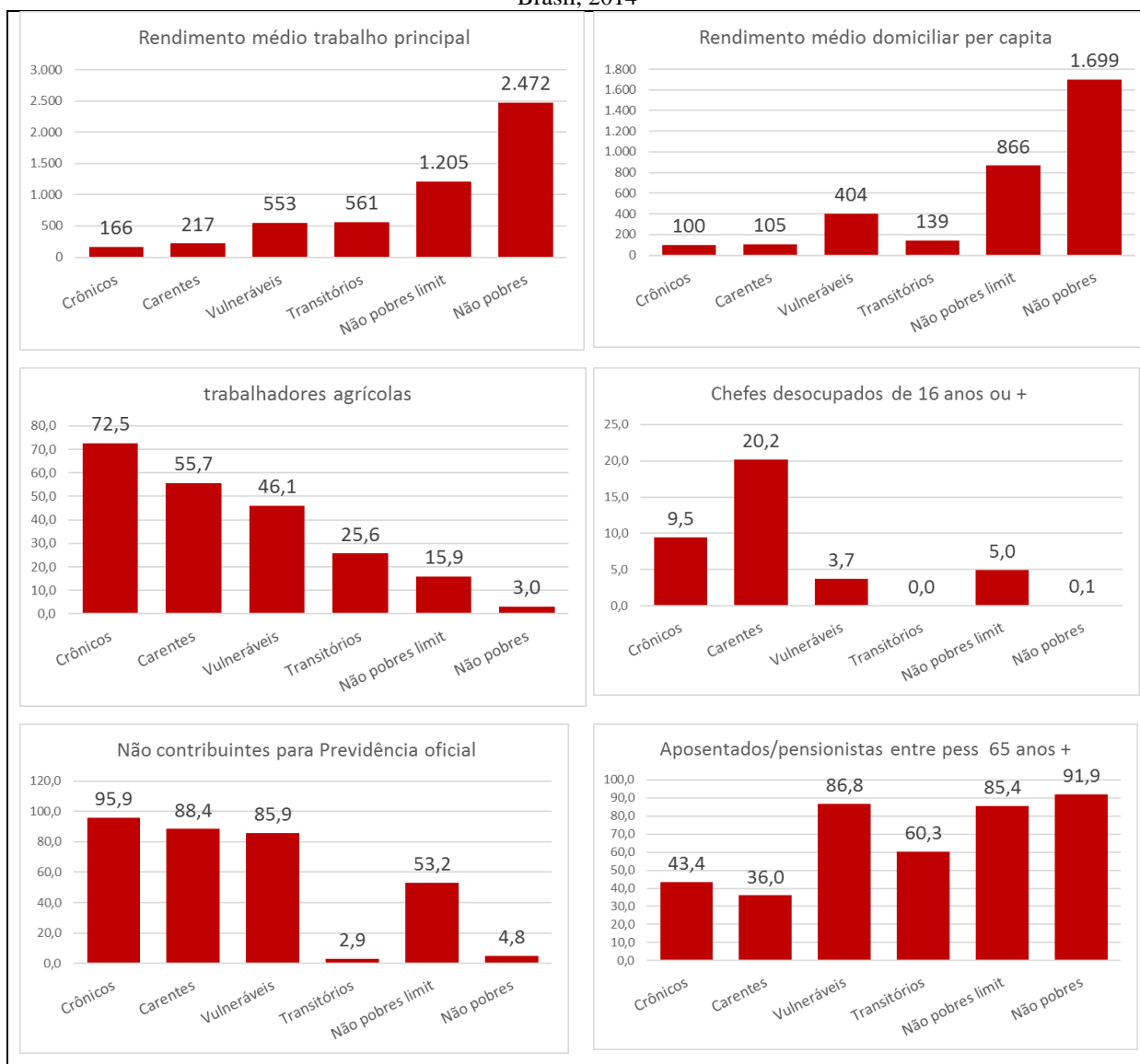
Privação de acesso e Pobreza Monetária	Mais de 33% privações de acesso a direitos sociais, bens e/ou serviços	Até 33% privações de acesso a direitos, bens e/ou serviços	Sem privação de acesso a direitos bens e/ou serviços
Não Pobres Monetários (renda acima da linha de pobreza)	Vulneráveis (Famílias idosas no meio rural, aposentados ou beneficiários do BPC)	Não Pobres com alguma limitação (Classe média recentemente formada)	Não Pobres
Pobres Monetários (renda abaixo ou até linha de pobreza)	Pobres Crônicos (Famílias com crianças no meio rural e pequenos municípios)	Carentes (Famílias com crianças no meio urbano, com frágil inserção laboral)	Transitórios (Grupo residual, mais jovem, mas também com inserção laboral precária)

Gráfico 4: Perfil radial da Pobreza Multidimensional Brasil 2014



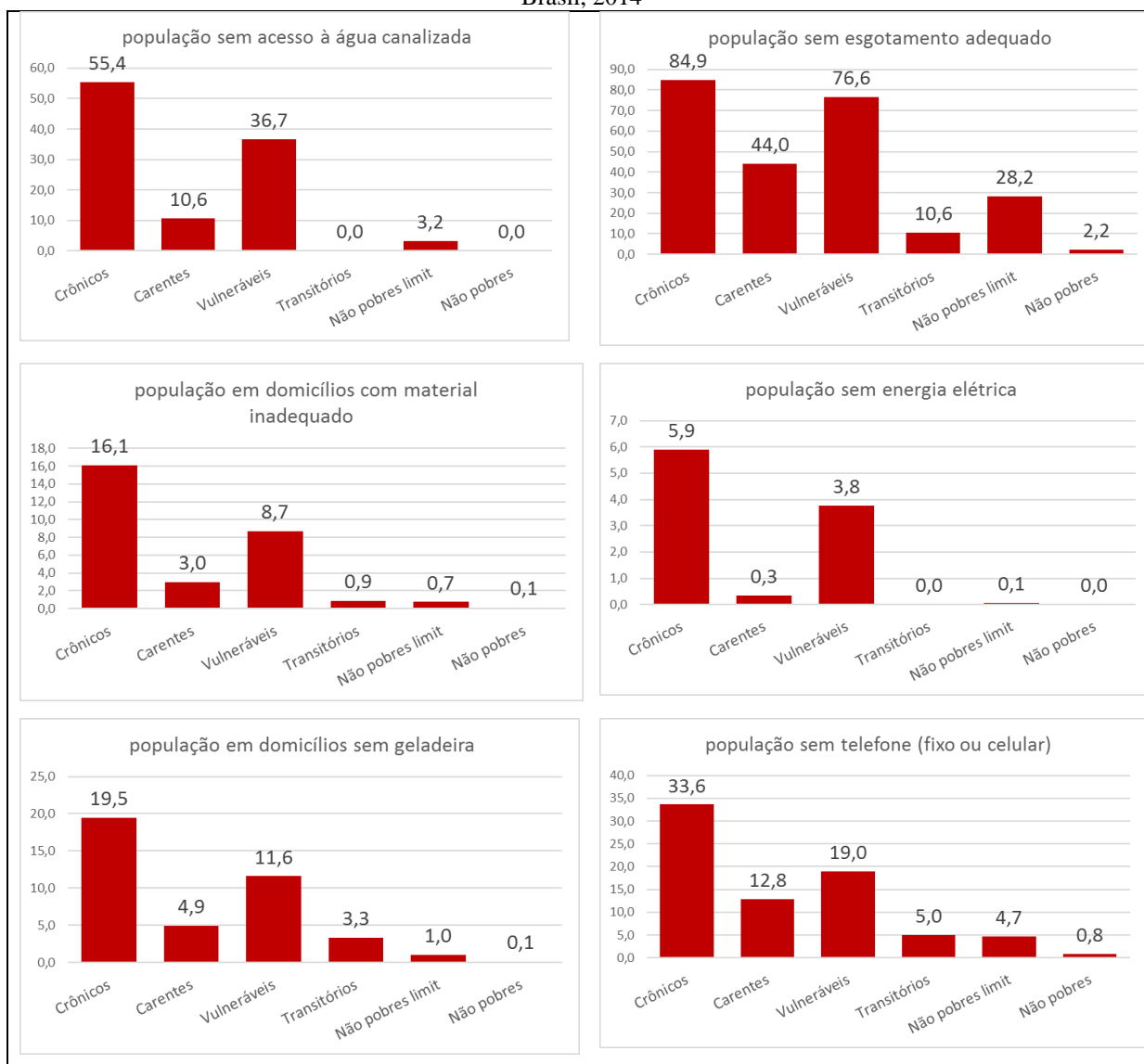
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS.

Gráfico 5: Caracterização quanto à inserção laboral da Pobreza Multidimensional Brasil, 2014



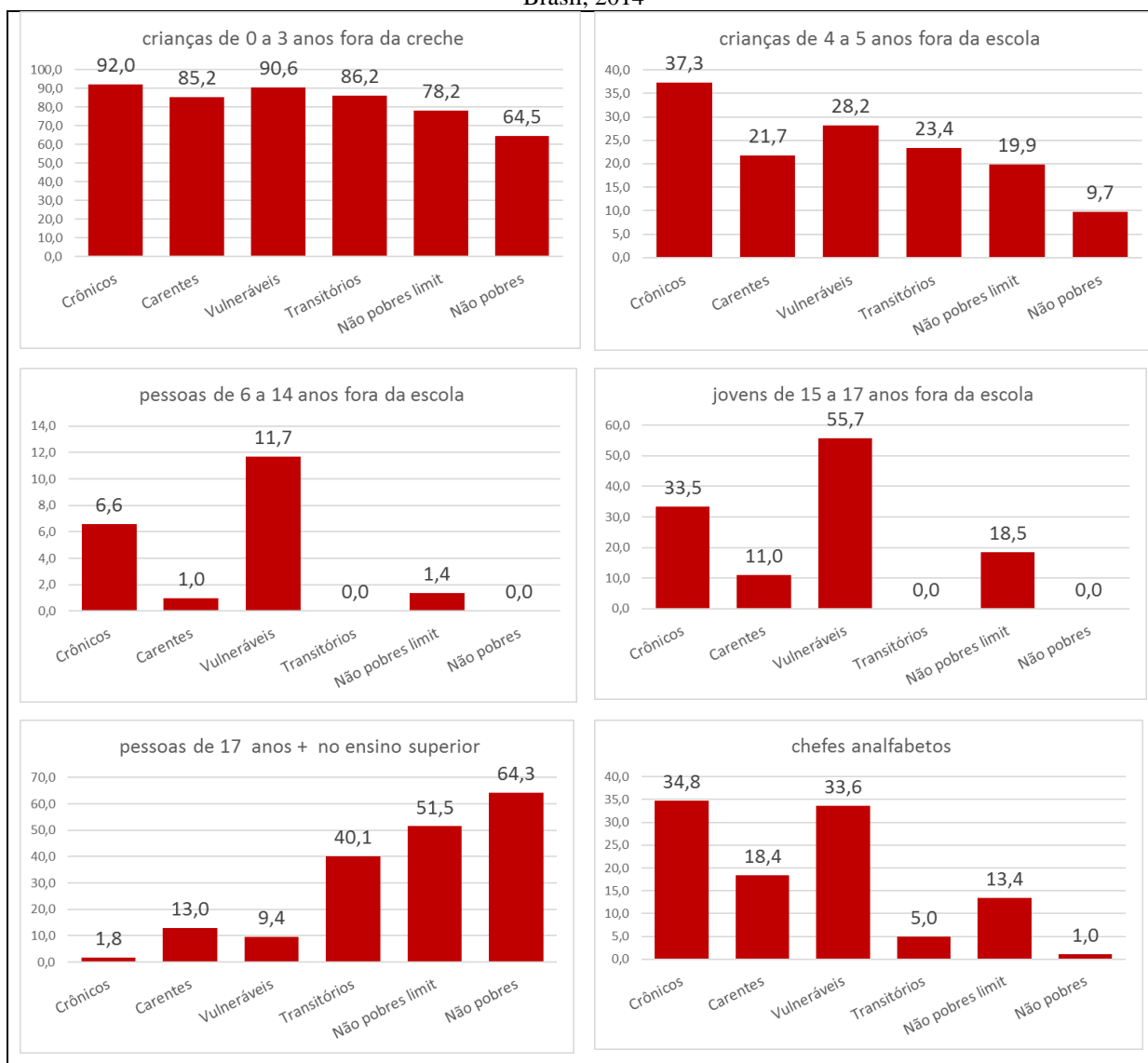
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS.

Gráfico 6: Caracterização quanto à moradia da Pobreza Multidimensional
Brasil, 2014



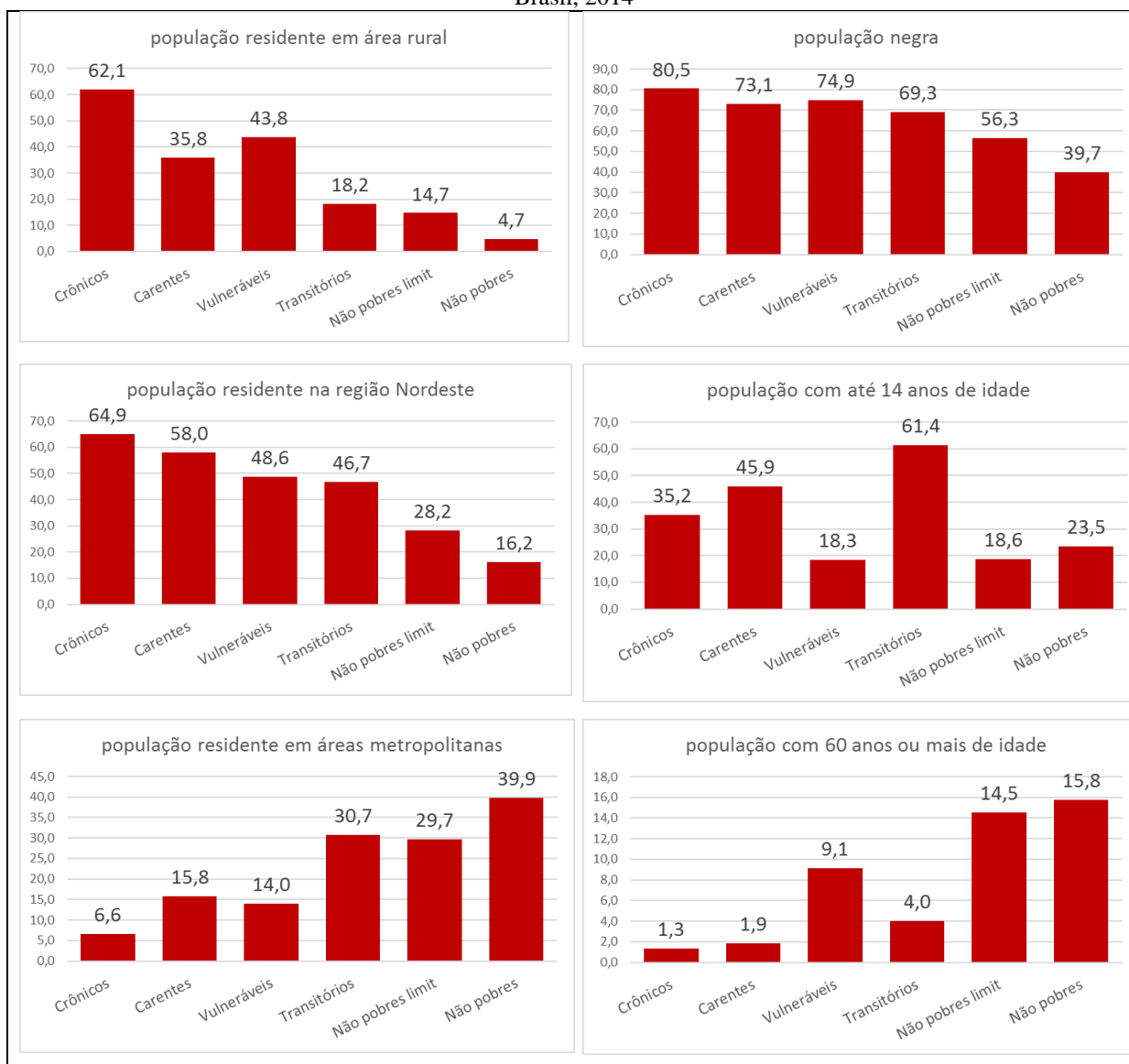
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS.

**Gráfico 7: Caracterização quanto à escolaridade da Pobreza Multidimensional
Brasil, 2014**



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS.

Gráfico 8: Caracterização geo-demográfica da Pobreza Multidimensional Brasil, 2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS.

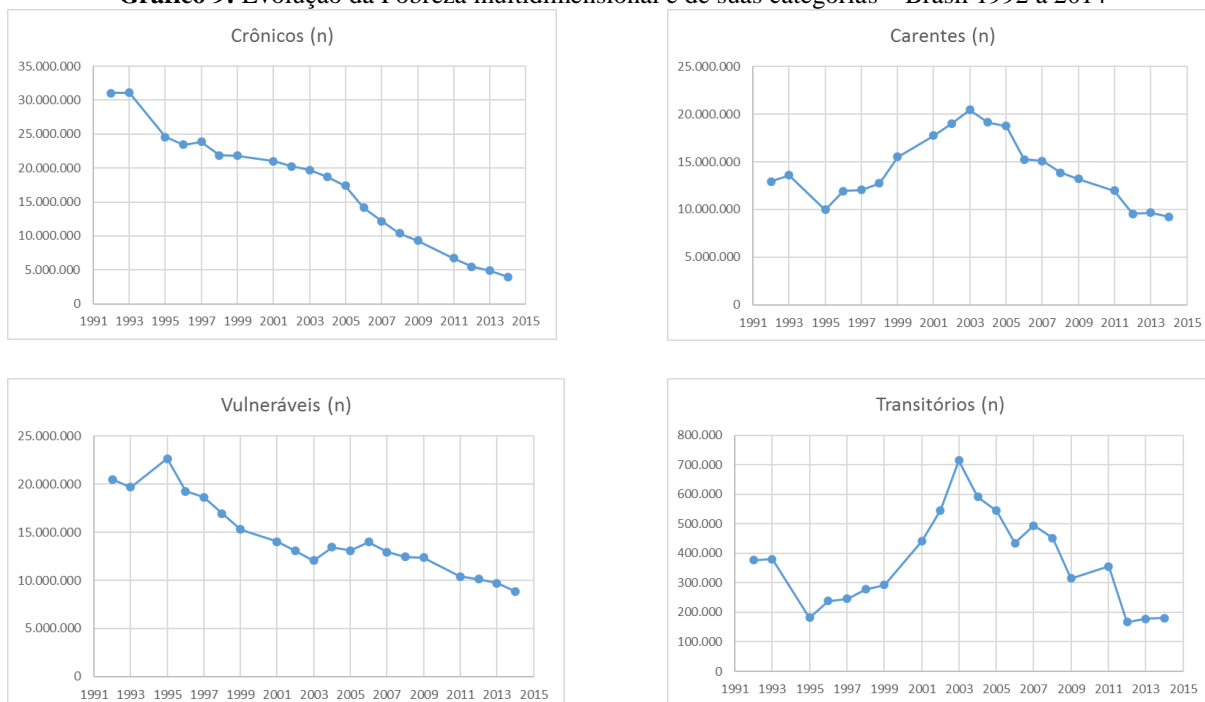
Demonstrada a validade sincrônica do indicador, passa-se à análise da validade diacrônica. Como demonstram os Gráficos 9 e 10 e a Tabela 2, o MPI Cepal-Sagi consegue captar com clareza os efeitos da conjuntura econômica e das políticas sociais entre 1992 e 2014. A conjuntura no mercado de trabalho nos anos 1990 repercute com intensidade entre os Carentes; e sua melhora nos anos 2000, contribui certamente para queda do contingente de todos os quatro tipos de pobreza multidimensional. A política de valorização do salário mínimo também tem efeitos claros na redução dos Carentes, assim como a introdução do Bolsa Família na Pobreza Crônica a partir de 2003. Os efeitos de outras políticas de acesso à escola e à melhoria da infraestrutura domiciliar tem repercussão clara entre os pobres da zona rural (Crônicos e Vulneráveis).

Tabela 2: Evolução da Pobreza multidimensional e de suas categorias – Brasil, 1992 a 2014

Tipos de Pobreza Multidimensional	Definição		Anos				
			1992	1998	2004	2009	2014
Pobreza crônica	RDPC \leq R\$ 140 e k $>$ 33% de privações	N	31.076.482	21.895.715	18.684.642	9.288.428	3.946.520
		%	21,7	13,6	10,4	4,9	2,0
Carentes	RDPC \leq R\$ 140 e k $<$ 33% privações	N	12.947.372	12.728.964	19.128.795	13.204.564	9.217.994
		%	9,0	7,9	10,6	6,9	4,6
Vulneráveis	RDPC $>$ R\$ 140 e k $>$ 33 % de privações	N	20.513.515	16.949.133	13.450.012	12.380.460	8.856.970
		%	14,3	10,5	7,5	6,5	4,4
Pobreza transitória	RDPC \leq 140 e sem privações	N	376.945	277.616	591.697	314.427	180.413
		%	0,3	0,2	0,3	0,2	0,1
Pobreza Multidimensional	Total	N	64.914.314	51.851.428	51.855.146	35.187.879	22.201.897
		%	45,3	32,2	28,8	18,5	11,1

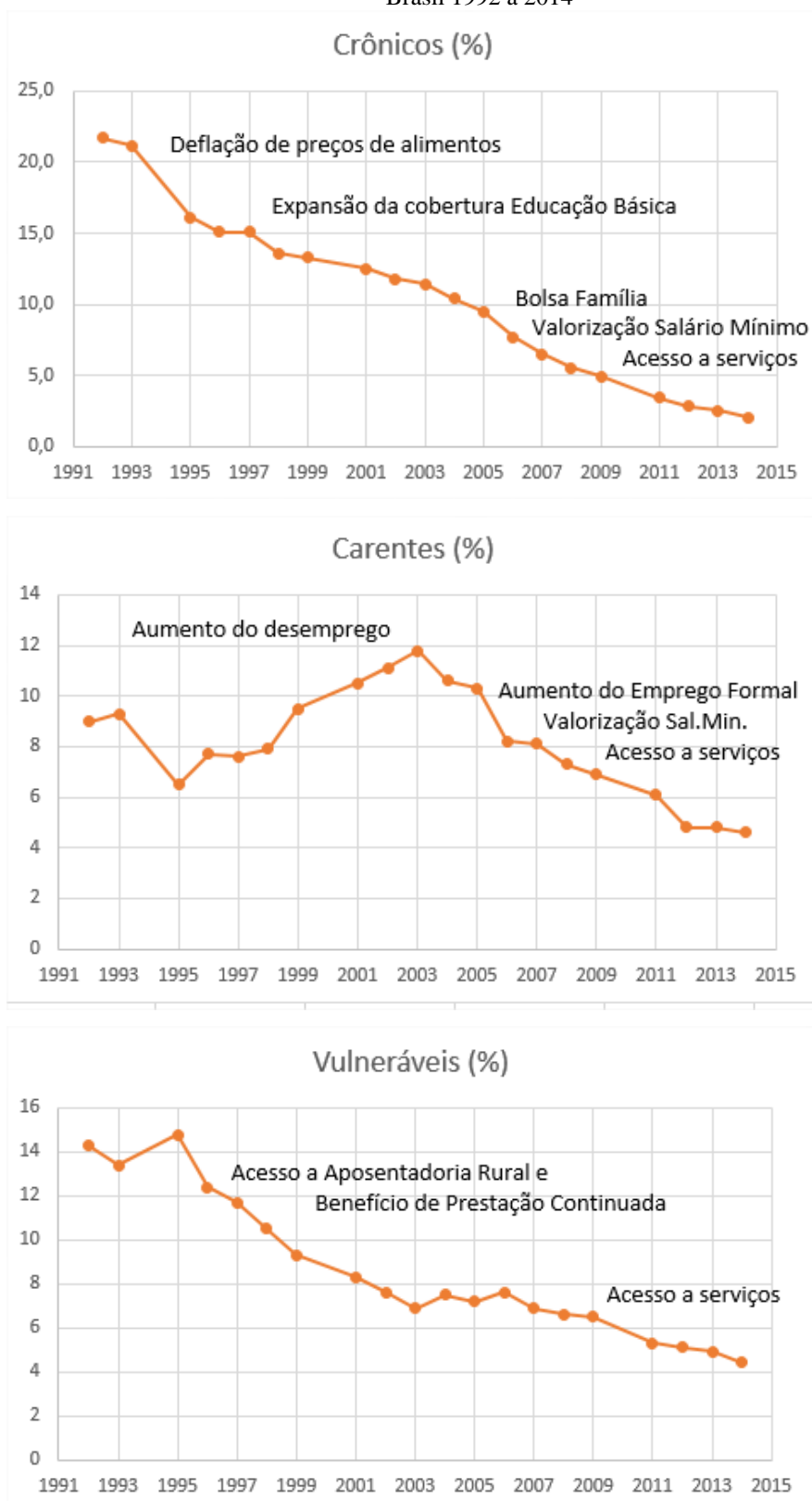
Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS. OBS: Exclui moradores de domicílios particulares permanentes na condição de pensionistas, empregados domésticos e/ou filhos de empregados domésticos. Exclui moradores de domicílios sem informação em pelo menos uma das dimensões das privações do índice de vulnerabilidade social. O rendimento domiciliar *per capita* dos domicílios sem rendimentos ou sem declaração de rendimentos foi imputado conforme metodologia de imputação *hotdeck* descrita no Estudo Técnico SAGI n. 6 de 2016. Os pesos amostrais das PNAD de 1992 a 1999 foram harmonizados com a revisão das projeções populacionais de 2013 do IBGE conforme descrito no Estudo Técnico SAGI n. 4/2016. A amostra das edições da pesquisa de 1992 a 2003 não contempla a área rural das unidades da federação da região Norte do país, exceto Tocantins.

Gráfico 9: Evolução da Pobreza multidimensional e de suas categorias – Brasil 1992 a 2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS.

Gráfico 10: Pobreza multidimensional em função da conjuntura econômica e políticas sociais
Brasil 1992 a 2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS.

6. Considerações finais

A proposta aqui apresentada de Indicador de Pobreza Multidimensional – MPI Cepal-Sagi – parece ser um indicador com validade de *constructo* e instrumentalidade de diferenciação diagnóstica de situações de pobreza típicas ainda encontradas no país, na zona rural e urbana, e para acompanhamento dos efeitos – e não efeitos- das políticas e estratégias de desenvolvimento social e superação da pobreza implementadas no Brasil, assim como dos reflexos da conjuntura econômica e do mercado de trabalho sobre as condições de vida da população mais vulnerável.

Presta-se, inclusive, como ilustra o Gráfico 11 e Tabela 3, para uma análise sintética da pobreza multidimensional no país entre 1992 a 2014 e com resultados semelhantes ao desenvolvido com a proposta de indicador de pobreza multidimensional de Calva et al. (2014), apresentado em Jannuzzi e Sousa (2016). Como se pode verificar os vários tipos de pobreza multidimensional apresentam queda significativamente maior ao longo dos anos 2000 que nos anos 1990. Mesmo a conjuntura econômica menos dinâmica a partir de 2009 não arrefece a tendência de queda da pobreza multidimensional, demonstrando os efeitos das políticas sociais e da introdução crescente de instrumentos de gestão nas mesmas, como discutido em Ferrarezi e Jannuzzi (2016).

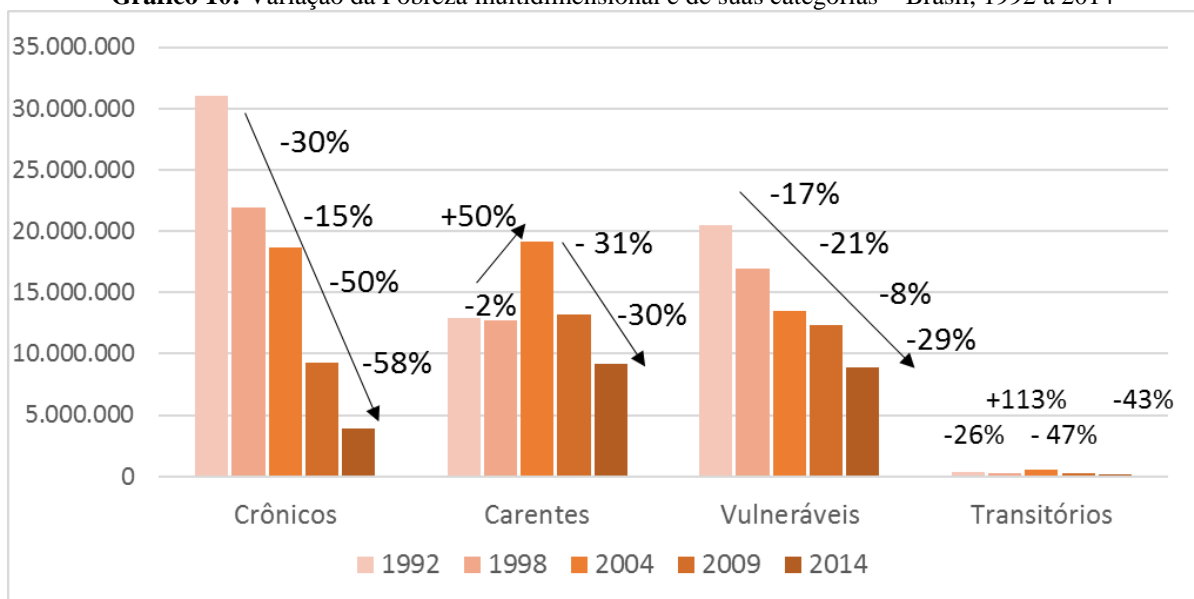
Estes resultados apresentam, pois, um balanço importante dos resultados do que tem se denominado de Estratégia Brasileira de Desenvolvimento com Inclusão Social nos anos 2000, que combinou decisões de política econômica, fortalecimento de políticas sociais e aprimoramento da gestão de políticas e programas, mais detalhadamente discutido em Jannuzzi e Sousa (2016). Sua utilidade para acompanhamento da conjuntura econômica e dos efeitos das políticas sociais a partir de 2015 vão se demonstrar assim que os resultados de renda domiciliar das Pnad-Contínua estiver disponíveis em 2016, ou mesmo o da última Pnad tradicional realizada em 2015. A utilização desse modelo metodológico para outros países, se validado como no caso brasileiro, pode credenciar a que essa proposta de Indicador de Pobreza Multidimensional para uso como instrumento de monitoramento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável nos próximos anos na região.

Tabela 3: Variação da Pobreza multidimensional e de suas categorias – Brasil, 1992 a 2014

Tipos de Pobreza Multidimensional	Definição		Anos				
			1992 a 1998	1998 a 2004	2004 a 2009	2009 a 2014	1992 a 2014
Pobreza crônica	RDPC <= R\$ 140 e k > 33% de privações	Var rel	-29,5	-14,7	-50,3	-57,5	-87,3
		Var pp	-8,1	-3,2	-5,5	-2,9	-19,7
Carentes	RDPC <= R\$ 140 e k < 33% de privações	Var rel	-1,7	50,3	-31,0	-30,2	-28,8
		Var pp	-1,1	2,7	-3,7	-2,3	-4,4
Vulneráveis	RDPC > R\$ 140 e k > 33 % de privações	Var rel	-17,4	-20,6	-8,0	-28,5	-56,8
		Var pp	-3,8	-3,0	-1,0	-2,1	-9,9
Pobreza transitória	RDPC <= 140 e sem privações	Var rel	-26,4	113,1	-46,9	-42,6	-52,1
		Var pp	-0,1	0,1	-0,1	-0,1	-0,2
Pobreza Multidimensional	Total	Var rel	-20,1	0,0	-32,1	-36,9	-65,8
		Var pp	-13,1	-3,4	-10,3	-7,4	-34,2

Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS.

Gráfico 10: Variação da Pobreza multidimensional e de suas categorias – Brasil, 1992 a 2014



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). Elaboração a partir dos Microdados: DM/SAGI/MDS.

Bibliografia

ALKIRE,S. et al. **Multidimensional poverty measurement and analysis**. Oxford, Oxford Univ Press, 2015.

AZEVEDO, J. P. et al. Is Labor Income Responsible for Poverty Reduction? A Decomposition Approach. **Policy Research Working Paper** n.6414, New York: World Bank, 2013.

CONEVAL. Informe de Pobreza Multidimensional em Mexico, 2008. Disponível em: http://www.coneval.gob.mx/rw/resource/coneval/info_public/PDF_PUBLICACIONES/INFO_RME_POBREZA_MULTI_WEB.pdf.

FERES,J.C.; MANCERO,X. **El método de las necesidades insatisfechas (NBI) y sus aplicaciones em America Latina**. Santiago, 2001.

FERES, J. C.; VILLATORO; Pablo. A viabilidade de se erradicar a pobreza: uma análise conceitual e metodológica. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília, v.15, 2013.

FERRAREZI,E.;JANNUZZI, P.M.; Por um programa de investigação de políticas sociais complexas: uma proposta metodológica e aplicação para análise do Plano Brasil Sem Miséria. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasilia, SAGI, v.25, p.262-295, 2016.

FONSECA, J. C. G.; GONÇALVES, C. Abordagens para imputação de rendimento na PNAD: método e resultados. **Estudo Técnico SAGI 06/2016**.

JANNUZZI, Paulo de Martino ; MARTIGNONI, Enrico Moreira ; SOUTO, B. F. . O Programa Bolsa Família e sua contribuição para redução da pobreza no Brasil. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação**, v. 4, p. 40-61, 2012.

JANNUZZI, P.M.; SOUSA,M.F. Pobreza, desigualdade e mudança social no Brasil de 1992 a 2014: tendências empíricas para análise dos efeitos do Plano BSM e da Estratégia Brasileira de Desenvolvimento Inclusivo. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasilia, SAGI, v.25, p.22-55, 2016.

LOPEZ-CALVA, L.; LACH,S; FRUTTERO,A. Medindo pobreza crônica no Brasil. **Cadernos de Estudos Desenvolvimento Social em Debate**. Brasília, n.22, p.140-154, 2014 .

LOPES, J.R.B. Política social: subsídios estatísticos sobre a pobreza e acesso a programas sociais no Brasil. **Estudos Avançados**, 9(24): 141-156 , 1995.

MELO, L.M.C. Pobreza Multidimensional: uma análise a partir do índice proposto pela Comissão Econômica para América Latina e Caribe (Cepal). Brasilia, **Estudo Técnico SAGI nº 08/2014**. Disponível em: www.mds.gov.br/sagi

SEADE. **Pesquisa de Condições de Vida: primeiros resultados**. São Paulo, 1994.

SCHWARZER,H.; SANTANA, R.L.F. Brasil. In: ROFMAN,R.; APELLA,I.; VEZZA,E. **Más allá de las pensiones contributivas: catorce experiencias en America Latina.** Washington: Banco Mundial, 2013,p.117-156.

VAZ, Alexander Cambraia N. Notas críticas conceituais e metodológicas referentes ao IPS – Índice de Progresso Social. **Estudo Técnico SAGI nº 18/2013.** Disponível em: www.mds.gov.br/sagi

VAZ, Alexander Cambraia N. Pobreza Multidimensional . **Estudo Técnico SAGI nº 08/2014.** Disponível em: www.mds.gov.br/sagi

VAZ, A.C.N.; JANNUZZI, P.M. Indicador de Pobreza Multidimensional como síntese dos efeitos da abordagem multissetorial do Plano Brasil Sem Miséria. **Revista Brasileira de Monitoramento e Avaliação.** Brasília, n.8, p.32-49, 2014.